

RELIGIÕES: ALGUMAS ABORDAGENS
TEÓRICO METODOLÓGICAS

PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Luis Inácio Lula da Silva
MINISTRO DA EDUCAÇÃO: Fernando Haddad
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: Carlos Eduardo Bielschowsky

SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
Celso Costa

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
UNICENTRO

REITOR: Vitor Hugo Zanette
VICE-REITOR: Aldo Nelson Bona
PRÓ-REITORA DE ENSINO: Márcia Tembil
COORDENADORA UAB/UNICENTRO: Maria Aparecida Crissi Knüppel
COORDENADORA ADJUNTA UAB/UNICENTRO: Jamile Santinello
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DIRETORA: Maria Aparecida Crissi Knüppel
VICE-DIRETORA: Christine Vargas Lima

EDITORA UNICENTRO

Mário Takao Inoue, Beatriz Anselmo Olinto, Carlos de Bortoli, Hélio Sochodolak,
Ivan de Souza Dutra, Jeanette Beber de Souza, Jorge Luiz Favaro,
Luiz Gilberto Bertotti, Maria José de Paula Castanho,
Márcio Ronaldo Santos Fernandes, Maria Regiane Trincaus,
Mauricio Rigo, Raquel Dorigan de Matos, Rosanna Rita Silva,
Ruth Rieth Leonhardt, Sidnei Osmar Jadoski.

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE
GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA LICENCIATURA PLENA A DISTÂNCIA

COORDENADOR DO CURSO: Carlos Eduardo Schipanski
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO: Edgar Ávila Gandra, Flamarion Laba da Costa,
Jean Rodrigues Sales, Karina Anhezini,
Raphael Nunes Nicoletti Sebrian, Ricardo Alexandre Ferreira



FLAMARION LABA DA COSTA

RELIGIÕES: ALGUMAS ABORDAGENS
TEÓRICO METODOLÓGICAS

COMISSÃO CIENTÍFICA: Carlos Eduardo Schipanski, Flamarion Laba da Costa,
Maria Aparecida Crissi Knüppel, Milton Stanczyk Filho, Raphael Nunes Nicoletti
Sebrian, Ricardo Alexandre Ferreira, Vanessa Moro Kukul.

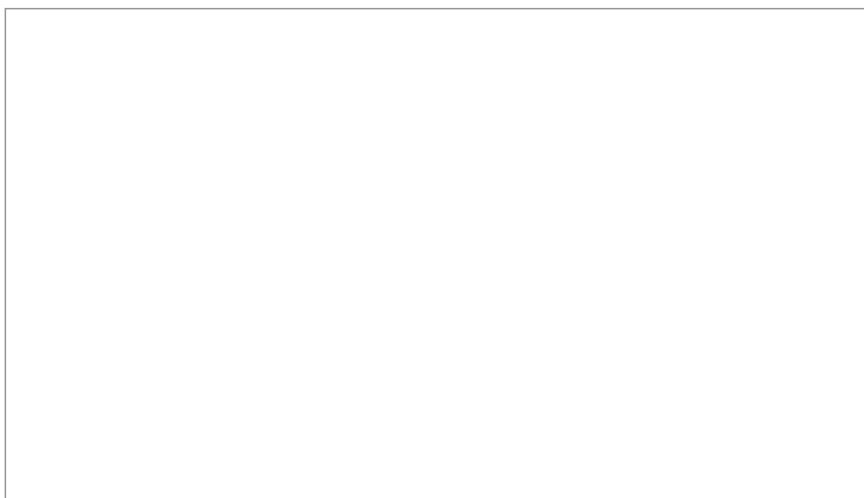
REVISÃO TEXTUAL
Vanessa Moro Kukul

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO
Elisa Ferreira Roseira Leonardi
Espencer Ávila Gandra
Éverly Pegoraro
Leandro Povinelli

EDITORA UNICENTRO

Designer Gráfica Editora Ltda.
336 exemplares

Catlogação na Publicação
Biblioteca Central – UNICENTRO



Copyright: © 2010 Editora UNICENTRO

Nota: O conteúdo da obra é de exclusiva responsabilidade do autor.

SUMÁRIO

Prefácio	07
Introdução	11
Uma abordagem teórica	13
Religião na Antiguidade	31
Religiões ocidentais	47
Religião no Brasil	69
Conclusão	85
Bibliografia	87

PREFÁCIO

A partir de inúmeras indagações, Ricardo Alexandre Ferreira convida o leitor de *As Áfricas e o Ensino de História no Brasil: construções de identidades afro-brasileiras durante o escravismo moderno* à reflexão sobre a dinâmica das culturas africanas e afro-brasileiras na História. Cultura africana? Cultura afro-brasileira? Cidadania escravizada? Os questionamentos propostos pelo autor são também um convite à construção do conhecimento histórico frente ao caráter multifacetado desses termos.

A reivindicação pelo ensino da História e Cultura Afro-Brasileira (por meio da Lei datada de 2003), assim como a recente inclusão do estudo do passado dos povos indígenas (de 2008), trouxeram conseqüências ao ensino de História nas universidades. Mais do que conteúdos a serem contemplados academicamente, tais conhecimentos visam contribuir para a formação de posturas e visões de mundo que ultrapassam os limites da sala de aula. Com o intuito de desempenharem com segurança a função de formadores e multiplicadores, acadêmicos e professores precisam estar atualizados com os termos e discussões historiográficas sobre o tema. No enfrentamento de resistências fundamentadas em preconceitos e intolerância, o melhor caminho se constitui no embasamento historiográfico. Historiador dedicado aos estudos sobre a escravidão nas Américas, Ricardo Ferreira estipula seu itinerário em meio às principais pesquisas e debates da historiografia específica, da qual também faz parte.

Na discussão sobre as várias culturas africanas, o autor demonstra como a interdisciplinaridade dos estudos históricos e os diálogos com a Antropologia, a Geografia, a Arqueologia e a Lingüística se mostram importantes na desconstrução das visões homogêneas que ressoaram durante séculos a partir de perspectivas eurocêntricas da





história ocidental. A África dos africanos começou a construção de suas identidades muito antes do século XV da era cristã, que marca o início do escravismo moderno e das relações comerciais africanas com a Europa. Os mapas presentes no livro – referentes à divisão política e geográfica africana da pré-história aos grandes impérios na região do Sahel durante a idade média africana – evidenciam a dinâmica das línguas e grupos étnicos africanos em suas migrações internas. As relações construídas durante séculos de conhecimentos transmitidos pelas vias da tradição e oralidade apresentam ao acadêmico uma série de termos ainda pouco conhecidos, porém imprescindíveis ao historiador interessado no passado africano e da humanidade.

Ao adentrar no tema da cultura afro-brasileira, o autor apresenta a articulação da África ao mundo ocidental e ibérico por meio do escravismo e do capitalismo moderno. Localizando os portos de envio e de chegada dos africanos escravizados, podemos perceber como a adequação africana à escravidão foi permeada por interações e trocas comerciais e culturais complexas. Essa complexidade também fica presente no cotidiano dos escravos perpassados pela justiça oitocentista brasileira e no desvendar das circunstâncias dos envolvidos nos crimes perpetrados. A seleção dos casos estudados nos convida ao estranhamento das visões binárias sobre as relações senhor/escravo no período escravista.

Portanto, as identidades afro-brasileiras surgem a partir de novas formas de interação dos africanos trazidos para a colônia portuguesa, perpassados pela exploração desumana de suas forças de trabalho. Na problematização dos projetos para a constituição das identidades e da cidadania brasileiras dos séculos XIX e XX, principalmente enquanto vigorou a crença na democracia racial brasileira, percebemos como a construção de um ideal de povo brasileiro atravessado por um racismo disfarçado negou por muito tempo a compreensão e a aceitação de tais identidades afro-brasileiras.

Ricardo Alexandre Ferreira apresenta ótimos questionamentos sem deixar de apontar caminhos para que se possa reconstituir a Africanidade de nossa história. Seja através da recuperação da própria África, seja a partir da problematização das identidades afro-brasileiras, a intenção desse livro também se efetiva no fomento à pesquisa acadêmica sobre os assuntos discutidos. O próprio autor segue orientando novas pesquisas nesse campo, demonstrando como o tema está longe de se esgotar e apresenta constante renovação.

Fabio Pontarolo
Novembro/2010



INTRODUÇÃO

Começemos pelo mais fácil. Deus, por definição, está além de nós. As religiões não. Elas são humanas – humanas demais, dirão alguns – e, como tais, acessíveis ao conhecimento e a crítica. (COMTE-SPONVILLE, 2007, p. 11.).

Religião pode ser estudada e pesquisada pela academia? Para nós estudantes e pesquisadores de história respondemos afirmativamente, sim, é possível estudar e pesquisar os mais diferentes conceitos doutrinários religiosos.

Essa afirmativa ainda nos dias atuais provoca admiração e estranheza na sociedade. Essa atitude é em virtude de que normalmente se confunde pela tradição do ensino brasileiro de décadas passadas de se confundir estudo das religiões, com aula de religião.

O objetivo é junto com os acadêmicos do curso de Licenciatura em História, realizar um estudo e pesquisa sobre as mais diferentes religiões, atentando para a exigüidade do espaço e tempo para o desenvolvimento dessa disciplina de História das Religiões.

Para essa atitude deve primeiramente o pesquisador desvestir-se de preconceitos e encarar naturalmente o desafio desse estudo, ou seja, desvincular-se ao máximo do seu conceito religioso, pois ao não agir dessa forma pode dar início a uma classificação de importância das diferentes doutrinas religiosas, e dessa forma denegrir umas em proveito de outra, desvirtuando o objetivo do seu trabalho.

Essa foi a fórmula que procuramos empregar nesta obra, pois abrangemos um leque de religiões, como poderão observar, abordamos as mais comuns e conhecidas para o nosso mundo ocidental, no qual está incluído o nosso país, tomando o cuidado para não hierarquizá-las, nem buscamos





um estudo comparativo o que torna complicada uma análise independente, pois ao comparar automaticamente podemos incorrer no erro de rebaixar algumas em proveito de outras, mas sim abordá-las como componentes exponenciais do cotidiano das diferentes sociedades.

Não buscamos a discussão do que é religião, nem do que é Deus. Também não é nosso objetivo realizar um estudo exegetico, mas sim, sua inserção no cotidiano das pessoas, pois é um conceito e prática que está presente nas sociedades desde os primórdios da humanidade. “Os homens foram obrigados a criar para si uma noção do que é religião, bem antes que a ciência das religiões pudesse instituir suas comparações metódicas.” (DURKHEIM, 1996, p. 4.).

Para uma melhor abordagem dividimos o presente trabalho em quatro capítulos, onde elaboramos uma abordagem buscando respeitar uma cronologia que o tornasse claro e compreensível.

No primeiro, estabelecemos uma discussão teórica, dialogando com vários pesquisadores que se dedicaram ao estudo das religiões.

No segundo capítulo, fizemos uma abordagem da antiguidade, perpassando do chamado homem primitivo ou pré-histórico, e deste, para o chamado mundo antigo Egito, Grécia e Roma.

No terceiro que chamamos de Religiões Ocidentais, abordamos o Judaísmo, o Cristianismo e o Islamismo, por serem as religiões mais conhecidas para o mundo ocidental no qual estamos inseridos.

No quarto e último realizamos uma abordagem sobre a religião no Brasil e novamente respeitamos uma ordem cronológica dividindo o estudo em três períodos, Colônia, Império e República.

Através desta obra você poderá ter uma noção básica de religiões antigas e atuais, onde perpassamos por milênios de história da humanidade, instituições que muito influenciaram e continuam a influenciar a te os nossos dias o cotidiano das sociedades.



Uma abordagem teórica

Nunca como hoje a religião foi objeto de tantos estudos, por parte das mais variadas (do ponto de vista metodológico) disciplinas. (FILORAMO. PRANDI, 1999, p. 5).

Aliás, se é verdade que o homem depende de seus deuses, a dependência é recíproca. Também os deuses tem necessidade do homem: sem as oferendas e os sacrifícios, eles morreriam. (DURKHEIM, 1996, p. 21)

Pesquisar a religião representa um desafio e vem despertando grande interesse de historiadores, antropólogos e sociólogos. As pesquisas abrangem um leque cada vez maior de religiões e estudam suas origens e as influências que o pensar e agir religioso exerce sobre os grupos sociais e na sociedade como um todo.

Nos meios acadêmicos, o estudo sobre religião ganhou projeção ainda no século XIX. Segundo Mircea Eliade:

A primeira cátedra universitária de história das religiões foi criada em Genebra no ano de 1873; em 1876, fundaram-se quatro na Holanda. Em 1879 o Collège de France, em Paris, criou também uma cátedra para a disciplina, seguido em 1885 pela École de Hautes Études da Sorbone, que organizou uma seção especial destinada às ciências religiosas. Na Universidade Livre de Bruxelas, a cadeira foi instituída em 1884. Em 1910 seguiu-se a Alemanha, com a primeira cátedra em Berlim, depois Leipzig e em Bom. Os outros países europeus acompanharam o movimento. (ELIADE, 1992, p. 1).



A prática da religião ou as manifestações de religiosidade aparecem implicitamente incorporadas nas sociedades, abrangendo pessoas de todas as classes sociais como crentes de um determinado conceito doutrinário.

Para Stefano Martelli, o final da década de 1980 representou grande progresso na análise das religiões, citando como exemplo as transformações que ocorreram no leste europeu, entre elas a queda do comunismo, em que populações buscaram na religião resgatar sua identidade. Para ele, “O ‘fator religioso’, desde sempre fortemente conexo com a identidade popular, volta a constituir um quadro de identificação e de referência para os grupos que aspiram à renovação social e política”. (MARTELLI, 1995, p. 9).

A importância das religiões nas diferentes sociedades foi também identificada por Pierre Bourdieu, para o qual as formas como as sociedades se organizam variam de acordo com o desenvolvimento do seu aparelho religioso e das instituições incumbidas da sua administração e conservação. Segundo Bourdieu:

As diferentes formações sociais podem ser distribuídas em função do grau de desenvolvimento e de diferenciação de seu aparelho religioso, isto é, das instâncias objetivamente incumbidas de assegurar a produção, a reprodução, a conservação e a difusão dos bens religiosos, segundo sua distância em relação a dois pólos extremos, o *auto-consumo religioso*, de um lado e a *monopolização completa* da produção religiosa por especialistas, de outro lado. (BOURDIEU, 1992, p. 40).

Atente-se também para o fato de que a religião aparece como elemento estruturador e, ao longo da evolução da humanidade, sempre ocupou papel de destaque, sendo muitas vezes causadora de transformações e de revoluções. Desde o antigo Egito, passando pelo advento do

cristianismo e a reforma protestante dos tempos modernos, a religião provocou mudanças estruturais em todos os setores da sociedade, político, econômico, social e cultural, apresentando-se muitas vezes como guia e norteadora das populações.

Na atualidade, existem ainda sociedades que justificam seus confrontos por meio da crença e práticas religiosas. Caracterizam estas ações uma luta pelo poder dentro de uma sociedade, tendo como ponto de apoio uma religião que, por sua penetração junto à população, pode favorecer a concretização de um projeto de supremacia política.

Portanto, a influência que a religião exerce sobre as sociedades demonstra bem seu universo de poder e a importância de que se reveste o seu estudo, podendo-se, através dele, resgatar e entender os processos de transformação social e política.

O historiador, ao pesquisar uma ou mais religiões, deve precaver-se em relação às fontes utilizadas, especialmente quando sua produção é fruto da elaboração de códigos e normas que, colocadas em prática, vão *materializar o imaterial*. Peter L. Berger qualifica a religião como um empreendimento humano, pois é por meio deste ser, que toma forma o espiritual ou o imaterial. (BERGER, 1985, p. 38). Nesta perspectiva, a religião toma forma empírica, materializada nas ações dos profíctes como *seres religiosos*.

Este ser *religioso* busca no empirismo da religião a explicação para o seu viver, o seu cotidiano, principalmente para seus padecimentos, pois segundo Max Weber, as práticas religiosas servem em primeiro lugar para dar o bem estar às pessoas neste mundo. (WEBER, 1994, p. 279). Além disso, nesta nossa abordagem não há uma preocupação com a essência da religião, mas com as ações decorrentes da sua prática nas comunidades onde se instala. Ou seja, uma preocupação com os resultados práticos da religião.





Esses resultados práticos estão materializados nas ações dos simpatizantes dos diferentes conceitos religiosos, que se tornam racionalizados pelos mesmos. Para Weber, o *racionalismo* é uma questão que aparece em todas as atividades humanas, sejam elas pessoais, econômicas ou religiosas. Tem sua ética e seu racionalismo estabelecidos a partir do ângulo, da necessidade ou compreensão que se tenha da sua utilidade, e importância que terá como parâmetros analíticos comportamentais. Isto porque a mesma atitude poderá apresentar duas visões de julgamento e entendimento: *racional* para aquele que a vê como parâmetro correto para os fins a que deseja alcançar; ou *irracional*, para aquele que a verá de forma inversa, quando identificará a sua não-racionalidade para os mesmos fins. (WEBER, 1996, p. 11).

Nesse conceito de racionalidade e irracionalidade, Alphonse Dupront afirma que “... qualquer que tenha sido o encarniçamento do espírito moderno em dividir, até querer separar a religião de outras formas da existência, consciente ou subliminarmente, a necessidade religiosa, que harmoniza na medida do possível o irracional e o racional permanece peça essencial do equilíbrio humano...” (DUPRONT, 1976, p. 83). Aqui, identifica-se também o caráter formativo das condutas que as religiões acabam impondo aos seus adeptos e que se refletem no agir na comunidade, influenciando o conceito individual de religião.

Weber, ao tratar o conceito de *carisma* destaca que não se deve ter preocupação com a verdade ou falsidade dos conteúdos dos livros doutrinários, mas com a competência de pregar e cativar adeptos com suas pregações. Isto comprova que possuíam o *dom* que entendemos como qualidade carismática do líder. Assim:

... a expressão ‘carisma’ deve ser compreendida como referindo-se a uma

qualidade *extraordinária* de uma pessoa, quer seja tal qualidade real ou presumida. “Autoridade carismática”, portanto, refere-se a um domínio sobre os homens, seja predominantemente externo ou interno, a que os governados se submetem devido a sua crença na qualidade extraordinária da *pessoa* específica. (WEBER, 1982, p. 340).

Nesta premissa, pode-se englobar todo o tipo de autoridade e liderança que exerça uma influência e que atraia grande número de pessoas que seguem e pregam os princípios deste líder. Também deverá demonstrar por meio de resultados práticos das suas ações, que seus admiradores sintam os efeitos e benefícios proporcionados pelo poder e carisma deste líder. Essa liderança pode ser perdida tão logo os adeptos e admiradores sintam fraquejar o líder que não consegue atendê-los naquilo a que se propôs e que esperam seus seguidores. Para o domínio carismático não existem normas fixas, ele está no poder de convencimento do líder.

Weber ainda discute a tese do *urbanismo* das religiões. O cristianismo aparece como fato comprobatório pois, desde os seus primórdios, caracterizou-se como religião eminentemente urbana, sendo que outras religiões seguiram o mesmo caminho no decorrer dos séculos. As características das cidades ocidentais propiciaram esta condição, sendo que seus habitantes contribuíram em muito para que isso ocorresse.

Para esse autor, “O cristianismo, finalmente, começou sua carreira como uma doutrina de artesãos jornaleiros itinerantes. Em todos os períodos, sua poderosa evolução externa e interna foi uma religião urbana e acima de tudo cívica.” (WEBER, 1982, p. 312). Identifica também a importância das camadas sociais que se tornam adeptas de determinado culto, apontando as classes mais altas como decisivas para mudanças e estabelecimento de novos conceitos.





Enquadram-se nesta visão as religiões que foram surgindo ao longo dos séculos. Para o ocidente, o caso específico do cristianismo, que tem seu crescimento acelerado e prestígio crescente a partir do momento em que seus líderes se aliaram aos mandantes políticos. As cisões do cristianismo que resultaram na formação de novos grupos, a partir das chamadas reformas, tiveram seu sucesso no apoio que receberam da nobreza, burguesia e governantes.

Assim pode-se afirmar que,

A aparição e o desenvolvimento das grandes religiões universais estão associadas à aparição e desenvolvimento da cidade, sendo que a oposição entre a cidade e o campo marca uma ruptura fundamental na história da religião e, concomitantemente, traduz uma das divisões religiosas mais importantes em toda a sociedade afetada por esse tipo de oposição morfológica”.(BOURDIEU, 1992, p. 34).

A forma de vida isolada, a dependência e o contato com a natureza, o isolamento propiciado pela vida no campo são fatores contrários a uma racionalização das práticas religiosas, nas quais a sazonalidade das atividades e as características já citadas dificultam as trocas econômicas e, em consequência, um contato com outras pessoas, contribuindo para o não desenvolvimento de uma consciência coletiva e os benefícios que esta traria.

Os centros urbanos, ao contrário, possibilitam maior contato entre pessoas, com aumento das atividades econômicas, políticas e sociais e de crenças, no caso da religião. As atividades urbanas, no caso do artesanato, independem da sazonalidade do campo e, por outro lado, possibilitam uma convivência com um número maior de pessoas que pelas atividades desenvolvidas e modo de vida, se livram das tradições e vigilância para cumprimento daquelas atividades. Desta forma, propiciam atitudes mais racionais para as demais atividades, incluindo a religiosa.

O aglomerado de pessoas com diferentes concepções de vida produzem uma diversidade de ideologias, favorecendo a afirmação de novos conceitos perante os mais antigos nas cidades. Acrescenta ainda que o sucesso das religiões monoteístas, como o cristianismo e o judaísmo, vincula-se ao fato de que os interesses religiosos encontraram nas cidades uma identificação com interesses econômicos e políticos. Pode-se ainda entender que as várias crenças acabam se adaptando e se moldando às necessidades das comunidades, nas quais começam a disputar a conquista de espaço e de profites que, por diferentes motivos geralmente relacionados a problemas sociais e econômicos, trocam de religião. Para Dominique Julia, “As mudanças religiosas só se explicam, se admitirmos que as mudanças sociais produzem nos fiéis, modificações de idéias e desejos tais que os obrigam a modificar as diversas partes do seu sistema religioso”. (JULIA, 1976, p. 106.).

Assim, podemos entender que a cidade se tornou o grande palco para a divulgação dos mais variados conceitos doutrinários religiosos.

A Religião e o sofrimento

A esses problemas sociais, aliam-se as dificuldades enfrentadas pelas pessoas, como doenças, problemas familiares, catástrofes e outras, tratadas normalmente como sofrimento. As religiões buscam, desde a antiguidade, minorar este *sofrimento* explicando, justificando e consolando as pessoas que se sentem punidas, ou não entendem o porquê de estarem passando por tais provações. Para Mircea Eliade,

O momento crítico do sofrimento está no seu aparecimento; o sofrimento só é perturbador enquanto a sua causa





permanece desconhecida. Assim que o feiticeiro ou o sacerdote descobre o que está fazendo com que as crianças ou animais morram, que a seca continue, a chuva aumente, a caça desapareça, o sofrimento começa a se tornar tolerável; adquire um significado e uma causa, podendo assim ser encaixado dentro de um sistema e explicado. (ELIADE, 1992, p. 91).

No princípio weberiano, um dos pontos-chaves para se entender as diferentes formas de racionalização ética da conduta individual é o sofrimento. Tratando o sofrimento como atos praticados pelas pessoas contra uma divindade, a religião conseguiu atender as várias formas de explicação e questionamentos que se faziam sobre o porquê de tanto sofrimento. As condições sociais das diferentes populações criaram especificidades que necessitavam de justificativas. Como conscientizar o rico de que ele desfruta dessa condição porque merece, de que está recebendo o que merece e está passando pelo que merece? Tudo isso em comparação com outras pessoas que não foram aquinhoadas com a mesma fortuna. Nesta perspectiva, Weber observa que as camadas sociais mais pobres são mais devotas, visto serem as que mais sofrem e buscam alguma forma de explicação e esperança de um futuro melhor que elas sabem que, aqui na terra, não conseguirão alcançar (WEBER, 1982, p. 313).

Com o passar dos milênios e séculos as religiões passaram a atender os anseios da comunidade, cuidando da sua salvação, preparando para tanto um corpo de pessoas para dirigir e intermediar os indivíduos com as divindades. Atendendo coletivamente, mas salvando individualmente. Para Weber, esses corpos e organizações de pessoas e dirigentes religiosos “... passaram ao centro da organização profissional para a ‘cura da alma’ que, na verdade, ali se originou. Mágicos e sacerdotes passaram a ter como

atribuição a determinação dos fatores a serem responsabilizados pelo sofrimento, ou seja, a ‘confissão dos pecados’”. (WEBER, 1982, p. 315).

A partir dessas ações, da explicação e da intermediação com o plano sobrenatural, podemos identificar a função consoladora e reconfortadora da religião. Além de tornar o sofrimento racional e aceitável, também mostra o caminho para a salvação, fornecendo uma visão e interpretação para o cotidiano das pessoas, ao serem desvendados os segredos sobre-humanos, que passaram a ser aceitos sem questionamentos. O *porquê* do sofrimento é explicado e deixa de ser algo desconhecido, incompreensível; e passa-se a conviver com ele, pois é o caminho para a *salvação, redenção, progresso espiritual, resgate de dívidas* e outras tantas interpretações.

A Religião e o Poder

Ao abordar a questão do poder Weber afirma que “Em geral, entendemos por ‘poder’ a possibilidade de que um homem, ou um grupo de homens, realize sua vontade própria numa ação comunitária até mesmo contra a resistência de outros que participam da ação”. (WEBER, 1982, p. 211).

Observa ainda Weber, que o conceito de poder não pode ser encarado única e exclusivamente pelo aspecto econômico. Ele também pode originar-se das vantagens e honras sociais, ou projeção buscada individualmente ou coletivamente pelas pessoas. As vantagens e honras sociais muitas vezes não são buscadas por quem busca o econômico. Deduz-se que a noção de poder está intrinsecamente ligada ao *pessoal*, e que o indivíduo é atraído para as mais diversas formas de poder, seja ele religioso, político, econômico, militar, etc.





Nesta abordagem, podemos inserir os líderes religiosos para quem ocupar um cargo diretivo, ou a liderança de um grupo pode não representar o ganho de riquezas materiais, mas sim a projeção da sua figura perante a sociedade em cargo de importância diante daqueles que ficarão sob sua orientação.

Suzanne Desan acrescenta,

As crenças religiosas, a defesa da verdadeira doutrina e da comunidade religiosa, foram, sem dúvida, fatores de motivação sinceros e importantes, mas nessa atmosfera exaltada os objetivos religiosos, e mesmo as próprias crenças religiosas, não podiam ser separados de questões de status, conflito e poder. (DESAN, 1992, p. 93).

Neste embate, invade-se o campo de ação do outro, que na teoria de Foucault significa apoderar-se de determinado poder. Para este autor, “... a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.”(FOUCAULT, 1996, p. 10).

Para Foucault o poder se apresenta como uma relação complexa na qual se enquadra um grande número de indivíduos.

Além disso, seria necessário saber até onde se exerce o poder, através de que revezamentos e até que instâncias, frequentemente ínfimas, de controle, de vigilância, de proibições, de coerções. Onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros de outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui. (FOUCAULT, 1996, p. 75).

Assim, o discurso religioso insere-se na sociedade, sendo ao mesmo tempo, “controlado, selecionado, organizado e redistribuído” (FOCAULT, 1996, p. 9). de acordo com os interesses e a quem deve atingir.

Para Pierre Bourdieu, o discurso para ser aceito estará condicionado a sua identificação objetiva com o grupo para o qual é dirigido, devendo possuir dupla interpretação. Essa dupla interpretação é a de que o dirigente deve se identificar como líder perante o grupo, e estar ciente daquilo que o grupo espera dele. Por outro lado, a credibilidade do enunciado exigirá a identificação do grupo com o discurso e, então, reconhecendo a autoridade de quem o produziu, dará condições ao líder de se sobressair e impor sua pregação perante a comunidade. Para esse autor, “A eficácia do discurso performativo que pretende fazer acontecer o que enuncia no próprio ato de enunciá-lo é proporcional à autoridade daquele que o enuncia...constitui uma autorização quando aquele que pronuncia está autorizado a autorizar, tem autoridade para autorizar”. (BOURDIEU, 1996, p. 111).

Portanto, a conquista e união do grupo, está na identificação mútua entre líder e liderados, cabendo ao primeiro a responsabilidade pela manutenção ou não da coesão do grupo nos objetivos comuns a que se propõem para as comunidades.

O Sagrado e o Profano nas Religiões

Um conceito que está presente nas religiões e que a maioria dos pesquisadores ao estudá-las destacam é o conceito sobre o *sagrado e profano*. Buscam distinguir estas características que surgem das mais diversas formas onde os profíctentes dos mais diversos credos as criam, idealizam e crêem na sua existência e na sua eficiência no que é divino e o que não é. Para Durkheim,





Todas as crenças religiosas conhecidas, sejam simples ou complexas, apresentam um mesmo caráter comum: supõem uma classificação das coisas, reais ou ideais, que os homens concebem, em duas classes, em dois gêneros opostos, designados geralmente por dois termos distintos que as palavras *profano e sagrado* traduzem bastante bem. A divisão do mundo em dois domínios que compreendem, um, tudo o que é sagrado, outro, tudo o que é profano, tal é o traço distintivo do pensamento religioso: as crenças, os mitos, os gnomos, as lendas, são representações ou sistemas de representações que exprimem a natureza das coisas sagradas, as virtudes e os poderes que lhes são atribuídos, sua história, suas relações mutuas e com as coisas profanas.(DURKHEIM, 1996, p. 19/20).

A concepção de *sagrado e profano* diverge de acordo com os conceitos e princípios de cada grupo religioso, podendo ser um local, uma construção, pedra árvore, enfim, um repertório imenso do que passa a ser considerado como tal. Para Eliade,

O homem ocidental moderno experimenta um certo mal-estar diante de inúmeras formas de manifestação do sagrado: é difícil para ele aceitar que, para certos seres humanos, o sagrado passa manifestar-se em pedras ou árvores, por exemplo [...] não se trata de uma veneração da *pedra como pedra*, de culto da *árvore como árvore*. A pedra sagrada, a árvore sagrada não são adoradas como pedra ou como árvore, mas justamente porque são *hierofanias*., porque ‘revelam’ algo que já não é pedra, nem árvore mas o sagrado”. (ELIADE, 1992, p. 15).

O ser humano cria estes princípios, tornando os objetos ou locais com características especiais, diferenciando do mundo componentes que fazem parte do mesmo, assim define o que é *sagrado* e o que é *profano*. Para Peter Berger,

A religião é o empreendimento humano pelo qual se estabelece um cosmos sagrado. Ou por outra, a religião é a cosmificação feita de maneira sagrada. Por sagrado entende-se aqui uma qualidade de poder misterioso e temeroso, distinto do homem e todavia relacionado com ele, que se acredita residir em certos objetos da experiência. Essa qualidade pode ser atribuída a objetos naturais e artificiais, a animais, ou a homens, ou às objetivações da cultura humana. Há rochedos sagrados, instrumentos sagrados, vacas sagradas. O chefe pode ser sagrado, como o pode ser um costume ou instituição particular. Pode-se atribuir a mesma qualidade ao espaço e ao tempo, como nos lugares e tempos sagrados. A qualidade pode finalmente encarnar-se em seres sagrados, desde os espíritos eminentemente locais às grandes divindades cósmicas. (BERGER, 1985, p. 38/39).

Nessa mesma discussão desses princípios, para alguns a exemplo de Durkheim é diferença entre os mesmos é absoluta. Segundo esse autor:

“Não existe na história do pensamento humano um outro exemplo de duas categorias de coisas tão profundamente diferenciadas, tão radicalmente opostas uma à outra. A oposição tradicional entre o bem e o mal não é nada ao desta; pois o bem e o mal são duas espécies contrárias de um mesmo gênero, a moral, assim como a saúde e a doença são apenas dois aspectos diferentes de uma mesma ordem de fatos, a vida, ao passo que o sagrado e o profano foram sempre e em toda parte concebidos pelo espírito humano como gêneros separados, como dois mundos entre os quais nada existe em comum”. (DURKHEIM, 1996, p. 22).

Dada essa importância contida nesses princípios, o historiador que vai dedicar-se a pesquisa sobre religião não pode ignorar estes princípios, buscando uma imparcialidade





no trato dos diferentes conceitos dos quais irá trabalhar. Segundo Mircea Eliade, “Para o historiador das religiões, *toda* manifestação do sagrado é importante; todo rito, crença ou figura divina reflete a experiência do sagrado e por conseguinte implica as noções de *ser*, de *significação* e de *verdade*”. (ELIADE, 2010, p. 13).

Outro fator que o pesquisador das religiões não pode ignorar é que pode enfrentar resistências de grupos, que não conseguem entender como que um leigo, aqui no sentido de não fazer parte de um corpo sacerdotal pode estudar e discutir princípios religiosos. Isso foi identificado por Max Müller (06/12/1823 – 28/10/1900), sendo um dos iniciadores dos estudo de religião no século XIX. Segundo Eliade, Max Muller teria colocado a expressão “*ciência das religiões*” ou “*ciência comparada das religiões*”, em uma obra publicada em Londres em 1867. (ELIADE, 1992, p. 1).

Para Max Muller,

É impossível em nossos dias falar de religião sem que alguém se ofenda. Aos olhos de muitas pessoas, a religião é um objeto que, por seu caráter sagrado, está fora do alcance das investigações e métodos científicos: ouvindo outras, dirão que a religião deve ficar relegada a mesma classe que a alquimia e a astrologia; que não é mais que um conjunto de erros e de alucinações, que não se digna que um sábio fixe nela sua atenção. Ambas as opiniões podem ser aceitas em certo sentido. A religião é um assunto sagrado, e tanto em suas mais imperfeitas formas quanto nas suas mais elevadas manifestações merece o nosso respeito e veneração. [...] Mas o respeito sincero não consiste em declarar que um assunto, por mais que nos seja querido, não se preste a uma pesquisa razoável e livre; longe disto, o respeito sincero consiste em tratar todo o assunto, por sagrado que seja, por mais afeto que o professemos, com uma confiança ilimitada, sem temor nem

parcialidade, com ternura e amor, por todos os meios e, sobretudo, com uma inflexível e inalterável devoção a sua verdade. (MÜLLER, 1945, p. 9 tradução nossa).

Assim, segundo Müller podemos pesquisar qualquer religião mesmo aquela a que professamos sem em momento algum nela deixarmos de crer, mas a nossa devoção não pode impedir que como estudiosos do assunto – religião – a analisemos a luz das teorias científicas e das correntes históricas. Outro fator é a estranheza que pode causar nos profíctes de determinados cultos pesquisarmos religião e lançar-lhes questionamentos buscando esclarecimentos sobre os princípios da sua crença. Observar sempre, que são questionamentos onde buscamos esclarecimento e não lançarmos dúvidas sobre ou diminuindo a mesma perante outras.

Outro cuidado do pesquisador é não deixar-se influenciar e começar a classificar em importância as religiões pesquisadas, tornando uma mais importantes que as outras, tendo de tratá-las dentro de uma mesma condição. Isso será identificado entre os profíctes, que irão considerar as outras crenças como não verdadeiras. Nessa abordagem segundo Durkheim para o pesquisador não existe nem falsas nem verdadeiras religiões.

No fundo, portanto, não há religiões falsas. Todas são verdadeiras a seu modo: todas correspondem, ainda que de maneiras diferentes, a condições dadas da existência humana. Certamente não é impossível dispô-las segundo uma ordem hierárquica. Umás podem ser superiores as outras, no sentido de empregarem funções mentais mais elevadas, de serem mais ricas em idéias e em sentimentos, de nelas haver mais conceitos, menos sensações e imagens, e de sua sistematização ser mais elaborada. Mas, por reais que sejam essa complexidade maior e essa mais alta idealidade, elas não são suficientes para classificar as religiões



Es imposible em nuestros días hablar de religión sin que alguien se ofenda. A los ojos de muchas personas, la religión es un objeto que, por su carácter sagrado, está fuera del alcance de las investigaciones y métodos científicos: oíd a otras, y os dirán que la religión debe quedar relegada a la misma clase que la alquimia y la astrología; que no es más que un tejido de errores y de alucinaciones, que no es digna de que un sábio fije em ella su atención. Ambas opiniones pueden aceptarse em cierto sentido. La religión es un asunto sagrado, y tanto em sus más imperfectas formas cuanto em las más elevadas manifestaciones tiene derecho a nuestro respeto y veneración.[...] Mas el respeto sincero no consiste em declarar que um asunto, por más que nos sea querido, no se preste a una pesquisa razonable y libre; lejos de esto, el respeto sincero consiste em tratar todo asunto, por sagrado que sea, por más afecto que le profesemos, com una confianza ilimitada, sin temor ni parcialidad, com ternura y amor, por todos los médios y, sobre todo, com una inflexible e inalterable devoción a la verdad. (MÜLLER, 1945, p. 9).





correspondentes em Gêneros separados. Todas são igualmente religiões, como todos os seres vivos são igualmente vivos, dos mais humildes plastídios ao homem. (DURKHEIM, 1996, p. VII).

Também não devemos ignorar aqueles que combateram e atacaram a religião como algo maléfico para as sociedades em diferentes épocas. Os séculos XVIII e XIX, com o movimento do Iluminismo surgiram vários críticos da religião destacando-se – Voltaire-, François-Marie Arouet.

Para o século XIX citamos Friedrich Nietzsche (1844-1900), que na sua obra “O Anticristo maldição ao cristianismo. Ditirambos de Dionísio”, publicada em 1888, onde encontra-se a seguinte abordagem :

Guerra mortal ao vício: o vício é o cristianismo

Artigo primeiro – Viciosa é toda espécie de antinatureza. A mais viciosa espécie de homem é o sacerdote: ele ensina a antinatureza. Contra sacerdote não há razões, há o cárcere.

Artigo segundo – Toda participação num ofício divino é um atentado à moralidade pública. Deve-se ser mais duro com os protestantes do que os católicos, e mais duro com os protestantes liberais do que com os ortodoxos. O que há de criminoso no fato de ser cristão aumenta à medida que alguém se aproxima da ciência. Portanto, o criminoso dos criminosos é o filósofo.

Artigo terceiro – O local maldito onde o cristianismo chocou seus ovos de basilisco deve ser arrasado e, como lugar infame da Terra, será o terror da posteridade. Nele deverão ser criadas serpentes venenosas.

Artigo quarto – A pregação da castidade é uma incitação pública à antinatureza. Todo desprezo da vida sexual, toda impurificação

da mesma através do conceito de “impuro” é o autêntico pecado contra o sagrado espírito da vida.

Artigo quinto – Quem senta à mesa com um sacerdote é expulso: excomunga a si mesmo da sociedade honesta. O sacerdote é *nosso* chandala deve ser banido, esfomeado, enxotado para toda espécie de deserto.

Artigo sexto – A história sagrada” deve ser chamada com o nome que merece, história *maldita*; as palavras “Deus,” “Salvador”, “Redentor”, “Santo” devem ser usadas como insultos, como insígnias de criminosos.

Artigo sétimo. – Tudo o mais se segue disso

O Anticristo.(NIETZSCHE, 2007, p. 81.).

Neste capítulo abordamos alguns princípios teóricos de estudiosos da *História das Religiões*. Observa-se que este estudo preocupou pesquisadores desde o século XIX, com as pesquisas realizadas por Max Müller, sendo que outros que estudaram diferentes assuntos também não se abstiveram de abordar a religião a exemplo de Karl Marx e outros socialistas, que com diferentes visões e interpretações não se furtaram em reconhecer a importância e influência das religiões nas diferentes sociedades.





Religião na Antiguidade

O homem pré-histórico

Para falarmos sobre o sistema religioso do homem denominado pré-histórico, faremos uma rápida abordagem sobre os períodos em que arqueólogos identificaram diferentes tipos. Esclarecemos que não é nosso intuito nesse estudo abordarmos historicamente este período, mas sim situarmos a época em que viveram visto tratar-se de um longo período e que não é objeto de nosso livro, mas sim as possíveis identificações de práticas e características religiosas.

As eras dos homens pré-históricos ou também denominados como homem das cavernas, foram divididas em Paleolítico e Neolítico. O paleolítico é datado de acordo com os pesquisadores de 500.000 a 10.000 a.C., e dividido em dois períodos *Paleolítico Inferior e Paleolítico Superior*. Esta datação compreende diferentes interpretações entre os pesquisadores, com alguns estabelecendo um terceiro período, o *Paleolítico Médio*.

Para o primeiro e mais longo período foram identificados o *Pithecantropus erectus*, o *Sinanthropus pekinenses*, o *homem de Fontéchevade* e o *homem de Neanderthal*. Para muitos pesquisadores alguns destes tipos foram contemporâneos. Para o segundo período destaca-se o *homem de Cro-Magnon* que representou a última etapa da evolução e transição do homem pré-histórico para o homem histórico ou *homo Sapiens*.

A religião teria sido uma das primeiras instituições desenvolvida pelo homem na sua organização gregária. As primeiras formas das práticas religiosas são difíceis de identificar, mas os antropólogos “[...] põem em relevo o fato de que a religião primitiva não era tanto questão de crença como de ritos. Os dogmas e teologias foram racionalizações ulteriores”.(BURNS, 1979, p. 20).



O homem primitivo teria desenvolvido uma relação com a natureza, pois dependia das suas sazonalidades para sua sobrevivência, e esta necessidade o levou a entender que deveria realizar uma série de sacrifícios e ritos para que esta o favorecesse. Outro item que pode tê-lo levado a estas práticas é o medo do desconhecido e inexplicável, afastar a fome, a seca, as enchentes, os cataclismos e outras manifestações, noção esta que permanece até os dias atuais em nossas sociedades. Para Delumeau o medo é “[...] um componente maior da experiência humana a despeito dos esforços para superá-lo”. (DELUMEAU, 1989, p. 18). Isso poderia ser evitado através de cerimônias que foram tomando características especiais com o passar dos séculos, organizando um sistema de cultos e identificando as divindades em diversos símbolos de sua própria lavratura na forma de esculturas bem como da própria natureza como árvores, pedras, montanhas e rios. Esses elementos da natureza aliados à outros confeccionado pelo homem, formam uma simbiose de ritos, mitos e símbolos que teria sido precursor das religiões que foram se organizando ao longo dos milênios nas diferentes sociedades, criando ritos, símbolos e rituais para a sua prática.

Sobre as práticas religiosas do homem pré-histórico é difícil de estabelecer seus ritos, mitos e símbolos. Os pesquisadores partem de hipóteses de que as formas de arte e de sepultamentos realizados e que se deduz terem sido motivados por rituais baseados nas características identificadas que podem ser interpretadas como processos de ritos e símbolos utilizados pelo homem primitivo.

Os ritos, mitos e símbolos, certamente foram as primeiras formas de representação de cultos religiosos e foram inseridos nas mais diferentes atividades nas sociedades, sendo os religiosos, de grande importância por serem uma representação do sagrado.

O *símbolo* exprime, por analogia, uma relação que não é diretamente determinável, mas que também é real, ou sentida como tal. O significado originário dum termo adquire um valor diverso: o céu já não indica apenas o envolvimento da atmosfera que nos encerra, serve para exprimir o conceito de Deus. Embora diverso, o significado simbólico não é arbitrário; corresponde coerentemente à estrutura dinâmica dum cultura e ao sistema de pensamento que a distingue; para o pigmeu, a floresta tem um valor simbólico de plenitude, de vida e de ordem; para um italiano, exprime o sentido de desordem, de perigo, de extravio. A linguagem simbólica tem coerência e lógica; forja vocábulos, inventa narrações, manifesta-se com gestos e ritmos. (BERNARDI, 1982, p. 388).

Esses símbolos são usados de diferentes fórmulas desde o homem primitivo até a atualidade. Segundo Geertz; “Os símbolos religiosos formulam uma congruência básica entre um estilo de vida particular e uma metafísica específica (implícita, no mais das vezes) e, ao fazê-lo, sustentam cada uma delas com a autoridade emprestada do outro”. (GEERTZ, 1989, p. 104). A união de fatores como ritos, mitos e símbolos moldou a formação de grupos humanos fornecendo normas e diretrizes para seu funcionamento.

Assim, o símbolo se impõe como algo que representa e direciona, e através dele podem ser erigidos mitos que o tornam mais ou menos importante dentro de uma escala de valores constituídos no interior de uma doutrina religiosa; a exemplo, Deus é mais importante que os Santos (para os católicos), assim como os profetas acabam criando aleatoriamente uma hierarquia para seus santos, deuses etc. Para diferentes credos, diferentes símbolos que são cultuados de diferentes formas, mas buscando o mesmo efeito, uma proteção divina.





O mito é outro item que está presente nas crenças e através dele se explica desde o surgimento do universo até a constituição do homem e demais seres vivos.

Em geral, os mitos pertencem à tradição: exprimem uma realidade histórica do passado ou apontam para as origens. Todavia, a capacidade mitopoética é um aspecto da atividade simbolizante do homem de todos os tempos. A formação dos mitos dá-se em todo o presente etnográfico. Basta percorrer a nossa experiência pessoal, quer individual quer social, para reconhecer a passagem de uma realidade efectiva para uma ideal simbólica e mitológica. Trata-se dum aspecto cultural onde a investigação antropológica se pode exercitar com muito proveito. (BERNARDI, 1982, p. 389).

O mito passa a explicar a constituição de sociedades, de seus fundadores, a exemplo de Osires e Ísis no Egito, e Rômulo e Remo na fundação de Roma, que representam as lendas do surgimento de duas grandes civilizações antigas. Assim observamos um mito da criação que gerou seus símbolos e suas cerimônias de adoração e manutenção de origem dessas sociedades.

Os mitos representam expressões típicas da linguagem simbólica e é um elemento constante da linguagem religioso mágica. Com o mito, a realidade cósmica adquire uma dimensão humana e todas as forças e aspectos intuídos pelo homem assumem semelhanças de seres, animais ou pessoas, numa vida imaginária e fantástica, modelada pela vivência humana. (BERNARDI, 1982, p. 388).

Assim o homem primitivo também criou seus mitos, ritos e símbolos sejam eles representados das mais diversas formas, pinturas em cavernas, confecção de totens, instrumentos que se tornavam elementos sagrados e de identificação de um grupo.

Nesta análise compreende-se que o homem primitivo com suas pinturas, sepultamentos e símbolos, criou um contato com o cosmos dando início a uma hierofania, ou seja, algo de sagrado e divino está se revelando, que permaneceu ao longo dos milênios desembocando na multiplicidade de doutrinas existentes nas sociedades atuais regulando suas diferentes atividades.

Egito

Esse território a que estamos nos referindo e que formou na antiguidade uma esplendorosa civilização, a qual vocês já estudaram em História Antiga, também apresenta uma especial característica que é a sua religião. “O nascimento da civilização egípcia jamais deixou de maravilhar os historiadores”. (ELIADE, 2010, p. 92).

A sociedade egípcia organizada ao longo do rio Nilo, cercada pelo deserto, mais conhecida pelas gigantescas construções de templos e pirâmides, desenvolveu um sistema religioso complexo, que desempenhou um papel fundamental na vida da antiga sociedade egípcia.

A religião deixou sua marca em quase todos os setores da vida egípcia. A arte era uma expressão de simbolismo religioso; a literatura e a filosofia estavam embebidas de ensinamentos religiosos. O governo do Antigo Império era, em grande parte, uma teocracia e mesmo os faraós militares no Novo Império diziam governar em nome do deus. O potencial econômico e os recursos materiais eram desperdiçados, em grandes quantidades, na construção de tumbas complicadas e na manutenção de um corpo eclesiástico suntuoso. (BURNS, 1979, p. 51).

A religião evoluiu em vários estágios, de um antigo politeísmo para um monoteísmo político com fundo filosófico. A religião no Egito teria surgido ainda no antigo





Império cerca de 4000 a.C., e evoluiu numa junção de mitos e ritos que tomaram características diferentes, mas mantendo um sistema de divinização do governante na figura do faraó. Um dos grandes mitos, a lenda de Osíris e Ísis é um dos mitos fundadores da religião egípcia.

Para apreciar o significado dessas palavras, devemos apresentar sinteticamente os mitos e a função religiosa de Osíris. Lembremos antes de mais nada que a mais completa versão do mito osiriano é aquela transmitida por Plutarco (século II d.C.) em seu tratado *De Isede et Osiride*. Pois, como salientamos a propósito da cosmogonia (cf. § 26), os textos egípcios referem-se exclusivamente a episódios isolados. A despeito de certas incoerências e contradições, explicáveis pelas tensões e sincretismos que antecederam a vitória final de Osíris, seu mito central deixa-se facilmente reconstituir. De acordo com todas as tradições, ele era um rei lendário, célebre pelo vigor e justiça com que governava o Egito. Mas seu irmão Seth preparou-lhe uma armadilha e conseguiu assassiná-lo. Ísis, sua esposa, “grande feiticeira”, conseguiu ser fecundada por Osíris morto. Após ter sepultado o corpo, Ísis refugiou-se no delta; ali, oculta nas moitas de papiros, deu à luz um filho, Horus. Ao tornar-se adulto, Horus fez com que os seus direitos fossem reconhecidos perante os deuses da Enéade e atacou o tio. (ELIADE, 2010, p. 102).

Osíris passa a representar a perpetuidade do poder do faraó, pois deu a condição do governante tornar-se o deus encarnado, ou seja, o faraó passa a ser divindade que nunca morre, pois após sua morte física viveria em outra esfera e não morria.

O Egito na sua formação pós-neolítica estava dividido em territórios chamados “*nomos*”, governados por um nomarca e rendia culto a um deus local. Nessa época o território estava dividido em “*Baixo e Alto Egito*”. Por volta de 3000.C., Menés, governante do Alto Egito conquistou o sul unificando o território.

A fundação do Estado unificado equivalia a uma cosmogonia. O faraó, deus encarnado, instaurou um mundo novo, uma civilização infinitamente mais complexa e superior à das aldeias neolíticas. O essencial era assegurar a permanência dessa obra efetuada de acordo com o modelo divino; em outras palavras, evitar as crises suscetíveis de abalar os alicerces do novo mundo. A divindade do faraó constituía a melhor garantia disso. Como o faraó era imortal, sua morte significava somente sua transladação ao céu. Estava assegurada a continuidade de um deus encarnado para outro deus encarnado e, conseqüentemente, a continuidade da ordem cósmica e social. (ELIADE, 2010, p. 93).

Mas mesmo com esta unificação a religião egípcia sofreu mudanças, a grande reforma foi realizada pelo faraó Amenófis IV, por volta de 1375 a.C., impondo um novo culto como forma de combater o crescente poder dos sacerdotes. Mudou o culto de Amom para Aton adotou o nome de Aquenaton (Servidor de Aton) e construiu uma nova capital a cidade de Aquetaton (atual Tell-el-Amarna). Após sua morte foi restabelecido o antigo culto desaparecendo sua obra. (AQUINO, FRANCO, LOPES, 1980, p. 101).

A nossa intenção é de passarmos noções desta antiga religião, não temos espaço para nos aprofundarmos, visto tratar-se de um período de longa duração com milhares de anos de história e transformações. Assim buscamos mostrar o “mito” fundador de Osíris e Ísis e sua perpetuação transformando o trono egípcio no que alguns consideram em um governo teocrático, tendo como figura principal o faraó como deus encarnado.

Grécia

Até os últimos tempos das histórias da Grécia e de Roma, vemos persistir entre o





vulgo determinado conjunto de pensamentos e de costumes, por certo datando de época muito remota, pelos quais já poderemos reconhecer as idéias primitivas concebidas pelo homem a respeito da sua própria natureza, e de sua alma e sobre o mistério da morte. Por muito que nos aprofundemos na história da raça indo-européia, da qual as populações gregas e italianas descendem, observamos ter esta raça crido que tudo com a morte se acabasse para o homem, depois desta breve vida. As mais remotas gerações, muito antes ainda de surgirem os primeiros filósofos, criam já em uma segunda existência para além desta nossa vida terrena. Encaravam a morte, não como decomposição do ser, porém como simples transformação de vida. (COULANGES, 1996, p. 11).

A religião grega foi construída em uma luta entre os deuses primordiais, resultando numa complexa mitologia. Para tanto aqui também abordaremos de forma resumida como se formou essa fantástica mitologia grega deixada em relatos pelos antigos gregos.

Efetivamente, segundo Hesíodo, no começo só existia o Caos (Abismo), de onde surgiram Geia (terra) “de largas costas” e Eros. Em seguida, Geia “deu à luz um ser igual a ela própria, capaz de cobri-la por inteiro, Urano (Céu) estrelado. Hesíodo descreve Urano “inteiramente ávido de amor e trazendo consigo a noite, aproximando-se e envolvendo a Terra”. Dessa hierogamia cósmica veio ao mundo uma segunda geração divina, a dos urânidas: os seis titãs (o primeiro, Oceano; o último Cronos) e as seis titânidas (entre as quais Reia, Têmis e Mnemósine), os três ciclopes de um só olho e os três monstros de Cem Braços (os hecatonquiros).

Mas Urano odiava seus filhos “desde o primeiro dia”, escondeu-os no corpo de

Geia. Irritada, a deusa fabricou uma enorme foice e dirigiu-se aos filhos Filhos nascidos de mim e de um furibundo, [...] castigaremos o criminoso ultraje de um pai, ainda que seja o vosso, pois que foi ele o primeiro a conceber obras infames.” Mas, aterrorizados, “nenhum deles proferiu palavra”, exceto Cronos, que se encarregou da tarefa. E, quando Urano se aproximou “embriagado pelo desejo de penetrar o corpo da Terra”, Cronos castrou-o com sua foice.

Depois de ter reduzido o pai a impotência, Cronos instalou-se no lugar que ele ocupava. Casou-se com sua irmã Reia e teve cinco filhos: Hestia, Deméter, Hera, Hades e Posídon. Mas por saber, graça a Geia e a Urano, que estava destinado a “sucumbir um dia sob os golpes do próprio filho, Cronos devorava seus rebentos mal vinham ao mundo. Frustrada, Reia seguiu então o conselho de Geia: no dia em que ia dar à luz o seu filho Zeus, refugiou-se em Creta e escondeu o recém-nascido numa gruta inacessível. Em seguida envolveu em panos uma grande pedra e entregou-a a Cronos que a engoliu. Já adulto, Zeus forçou Cronos a devolver seus irmãos e irmãs, por ele devorados. Libertou depois os irmãos de seu pai, que tinham sido acorrentados por Urano. Em sinal de reconhecimento, estes ofereceram-lhe o trovão e o relâmpago. Munido de tais armas, Zeus pôde, doravante, comandar “simultaneamente mortais e imortais.”(ELIADE, 2010, p. 238/239).

Assim, baseado em Eliade nessa rápida abordagem podemos ter uma noção da complexidade da mitologia grega. Nessa luta, Zeus vence os demais e torna-se o deus supremo. A ele seguiam-se outros;

Hera, sua irmã e mulher; Febo ou Apolo, deus do Sol e protetor das Artes; Ares, deus da guerra; Hefáistos, ferreiro dos deuses;





Hermes, o mensageiro do Olimpo e o deus do comércio; Posêidon, deus do Mar; Palas Atena, deusa da sabedoria; Afrodite, deusa do amor e da beleza; Deméter, da agricultura; Ártemis, da caça; Héstia, deusa da lareira e do seu fogo; Hades, soberano das profundezas subterrâneas; Dionísio, deus da vinha; e outros. Divindades menores eram as Musas (Clio, a História; Euterpe a Música; Calíope, a Poesia Épica e a Eloquência; os Heróis, ou semideuses (Heracles, Perseu, Teseu). (AQUINO, FRANCO, LOPES, 1980, p. 207).

Para Giordani, Zeus tornou-se “o pai e o rei dos deuses e dos homens” (GIORDANI, 1984, p. 478), e a partir do Olimpo governava e determinava as ações dos homens e dos outros deuses, tornou-se o culto mais importante e solene da antiga Grécia.

Como podemos observar acima que os gregos adotaram um deus para cada atividade, as cidades gregas conhecidas como “polis”, tinham deuses locais e domésticos como protetores. Os gregos cultivavam sua religião em cerimônias públicas e privadas, construindo templos para grandes festividades. Dentre os principais centros e templos dedicados aos deuses encontravam-se: Delos, Delfos, Olímpia, Epidauro e Elêusis. Várias atividades eram motivos para celebrações junto aos deuses como casamentos e funerais, quando eram realizados rituais, em alguns casos eram sacrificados animais e feito libações com mel, vinho, água, leite, alimentos etc.

Também em termos religiosos, desenvolveram os gregos, uma noção de vida após a morte, onde a pessoa receberia prêmios ou castigos de acordo com sua vida, a exemplo do filósofo Platão com o “*topus uranus*”, uma forma de paraíso celestial para onde se encaminhariam as boas almas após sua morte. “A mitologia inspirou poetas e artistas que traduziram em versos imortais e esculpiram no

mármore os episódios da vida dos deuses e heróis. As grandes festas em homenagem às divindades comuns a todos os gregos contribuíram para dar ao mundo helênico a unidade que lhes faltou no terreno político.” (GIORDANI, 1984, p. 488).

Nesta rápida abordagem sobre a religião dos gregos buscamos apresentar uma visão geral da sua mitologia e suas práticas, e nessa sociedade ressalte-se a importância da religião como fator de união de culto e crença, mas não refletindo numa união política das suas cidades-estado.

Roma

A religião romana desempenhou papel primordial na vida dessa sociedade, quer no plano doméstico como no público. A religião romana ao longo dos séculos foi sofrendo influências de várias regiões, conforme avançava sua expansão novos elementos eram incorporados ao seu sistema formando com o passar do tempo um grande sincretismo adaptado conforme a época e governante.

Sobre as origens da religião romana vislumbra-se algumas contribuições de outros povos;

[...] crenças primitivas dos lígures que enterravam seus mortos; crenças, talvez mais elevadas, dos indo-europeus que incineravam seus mortos; crenças dos sabinos, semelhantes às dos indo-europeus, mas com acentuados elementos mediterrâneos, dos quais destacamos os cultos agrários em oposição aos cultos celestes de origem indo-européia; crenças etruscas; finalmente, mas relativamente tardias, crenças gregas. Eis o amálgama que se encontra na raiz da religião romana e que lhe dá um tom bem característico e a torna bem distinta das demais religiões com que os romanos, nas diversas épocas da sua longa história, entraram em contato. Ao lado dessa múltipla origem da religião





romana, podemos apontar-lhe outra importante característica relacionada com a primeira: a interpenetração de ritos opostos e a persistência dos mesmos através dos séculos. Tal é o caso de sepulturas contendo restos incinerados e de outras com restos inumados encontrado em escavações efetuadas no Palatino, no Esquilino e na Via-sacra. Curioso é que em ambos os tipos de túmulos, apesar da diferença dos ritos de sepultamento, existe indícios da crença na sobrevivência dos mortos. (GIORDANI, 1976, p. 292).

A crença na sobrevivência dos mortos é encontrada na maioria das religiões desde o homem dito pré-histórico como já citamos.

A religião romana segundo os autores pode ser dividida de acordo com os períodos políticos, pois sofreu influência com as mudanças nos três períodos da sua história conhecidos como: Realeza, República e Império. O culto doméstico é identificado desde os tempos primordiais romanos com grande importância, representando o vínculo entre as famílias. Cada família prestava culto em especial a uma determinada divindade, mantendo dia e noite o fogo aceso, onde eram prestados cultos, orações e pedidos ao deus protetor do lar.

E, evidente, o uso de manter-se sempre o fogo sobre o altar prendia-se a alguma antiga crença. As regras e os ritos então observados mostram-nos que não se tratava de um costume qualquer. Não lhes era permitido alimentar este fogo com qualquer tipo de madeira; a religião distinguiu, entre as árvores, aquelas espécies que podiam ser usadas para esse fim, e aquelas cujo uso era taxado de impiedade. A religião ensinava ainda como este fogo devia permanecer sempre puro, o que, em sentido literal, significava que nenhum objeto impuro lhe devia ser atirado e que, em sentido figurado,

nenhuma ação culposa deveria cometer-se em sua presença. Havia determina dia do ano, entre os romanos era o primeiro de março, no qual cada família deveria apagar seu fogo sagrado e reacender logo outro em seu lugar. Mas, para se acender o novo fogo havia ritos que tinham de ser observados com todo escrúpulo. Deviam sobretudo, evitar fazer fogo quando metal e pedra. Os únicos métodos permitidos eram os de fazer concentrar num ponto o calor dos raios solares ou de friccionar dois pedaços de madeira de determinada espécie e deles fazer saltar a fagulha. Estas diferentes regras atestam satisfatoriamente como não estava no juízo dos antigos unicamente o fato de produzir ou de conservar um elemento útil e agradável; esses homens viam algo mais do que isso no fogo que ardia sobre os altares. (COULANGES, 1996, p. 19).

Como já citamos a expansão romana e a conquista e contato com povos de diferentes culturas também influenciaram no sistema religioso do Estado Romano. Dessas conquistas a que mais influenciou foram os gregos, com os quais os romanos mantinham contato desde a Magna Grécia, presença grega no sul da Península Itálica, bem como com o território da Grécia.

Aos poucos, a religião primitiva transformou-se em religião de Estado, com um corpo hierarquizado de sacerdotes, um calendário que determinava os dias fastos (favoráveis) e nefastos (desfavoráveis), e deuses gregos antropomórficos (forma humana) foram identificados com as divindades existentes. Com a evolução do pensamento religioso e a influência de outros povos, os “numina” se tornaram deuses e tomaram formas humanas. Particularmente importante foi a assimilação dos deuses gregos: Zeus, Hera, Atena, Ares, Afrodite, Dionísio, Deméter,





correspondendo, respectivamente, aos romanos Júpiter, Juno, Minerva, Marte, Vênus, Baco e Ceres. (AQUINO. FRANCO. LOPES, 1980, p. 261).

Outra mudança observada é que os cultos iniciais domésticos tornaram-se públicos e passaram a ser realizados por sacerdotes em cerimônias, para as quais foram construídos vários templos dedicados a diferentes deuses.

O período imperial, ou do Império Romano, representou mudanças de cultos, a partir da figura dos imperadores que passaram a ocupar o mais alto cargo na hierarquia sacerdotal, e esta mudança tem início com Otávio Augustus, considerado como fundador do Império Romano onde buscou restaurar templos, resgatar antigas cerimônias, nomeou pessoas para cargos religiosos, e usou os poetas para que escrevessem obras fazendo apologia e buscando inspiração na religião como forma de identificação do povo com o Estado.

Note-se que a religião cuja restauração Augusto visava não era, evidentemente, a religião primitiva dos primeiros tempos de Roma, mas sim a religião nacional que se constituía, aos poucos, a partir do séc. V a.C. e, com as crenças e práticas primitivas, misturara novos elementos principalmente helênicos. O panteão greco-romano tornara-se o panteão nacional. Augusto, ao fomentar a vida religiosa, tinha em mira a realização grandiosa de uma restauração geral da moralidade, da paz e da autoridade em todo o Império. A reforma religiosa de Augusto e a atitude dos contemporâneos em face da mesma só pode ser compreendida dentro da seqüência dos acontecimentos da História Romana no último século a.C. (GIORDANI, 1976, p. 303).

Nestas mudanças observa-se uma deificação do Imperador a partir do governo de Otávio Augustus de uma

tendência de divinização do governante, adotado pelos seus sucessores.

Uma outra grande transformação ocorreu ainda no Império Romano que foi o surgimento de uma outra corrente religiosa que trouxe grandes transformações e movimentos em várias regiões do território do Estado, que foi o surgimento do Cristianismo, do qual trataremos em outro capítulo.





Religiões ocidentais

Judaísmo

A origem do povo hebreu provoca várias teorias, não podendo afirmar corretamente sua origem e sua ancestralidade. A sua denominação também é outro ponto de dúvida, podem ser do “*habiru*” que significava: estrangeiro, nômade ou vagabundo. Esta denominação pode ter sido aplicada para vários povos estrangeiros, restringindo-se mais tarde aos hebreus.

A maioria dos historiadores admitem que o berço primitivo dos hebreus foi o Deserto da Arábia. A primeira vez que os fundadores da nação de Israel aparecem na história é, contudo, no noroeste da Mesopotâmia. Já em 1800 a.C., segundo todas as probabilidades, um grupo de hebreus sob a direção de Abraão, Jacó, conduziu uma migração para o poente e iniciou a ocupação da Palestina. (BURNS, 1979, p. 112.).

O povo judeu surge na história depois do ano 2000 a.C. Descende em parte dos amoritas ou “ocidentais” que se instalam na Mesopotâmia no fim do III milênio. Identifica-se talvez parcialmente com os habirus mencionados nas fontes da metade do segundo milênio. (ELIADE. COULIANO, 2003, p. 213).

A existência histórica dos judeus só começa quando penetram no país dos cananeus. Todos os relatos de seu período nômade são antigas lendas tribais, com adornos de propaganda, contos de fadas ou invenções posteriores. Os judeus apareceram primeiro na história como participantes de uma grande migração semítica de nações. (KAUTSKY, 2010, p. 224).



Já de início faz-se mister salientar a formação etimológica dos termos Judeus, Hebreus e Israelitas, todos usados para se referirem a um único povo. O nome “Judeu” vem do hebraico *yehudi*, através do aramaico *yehud'y*, aplicado originariamente aos habitantes do Reino de Judá e, mais tarde, aos israelitas que imigraram para a província pérsica da Judéia, ampliando a significação estrita e etimológica de “filho da tribo de Judá”. Esse fato deveu-se à hegemonia do Reino de Judá após a divisão dos dois Reinos, principalmente durante o cativeiro da Babilônia, em que o termo judeu passou a designar toda pessoa que pertencesse ao povo de Israel, ou quem pela tradição se considerasse etnicamente ligado a uma das doze tribos dos filhos de Jacó.

Já o nome Israelita, que se usa como sinônimo de judeu, origina-se do hebraico *yisra'el*, título dado a Jacó pelo ser misterioso contra o qual lutou uma noite inteira e pelo Deus (Elohim) que lhe apareceu em Betel. A verdadeira etimologia do termo Israel ainda é bastante discutida, embora a tradição tenha traduzido o título como “lutador de Deus” ou “quem lutou contra Deus”. O caráter nobiliárquico original do termo israelita perdurou com a conotação do exclusivismo religioso de um povo que se considera escolhido para uma missão, sendo usado pelos judeus para exprimir seu orgulho de pertencer ao povo eleito.

Outro nome parassinônimo de judeu é o termo hebreu, do latim *hebraeus*, que, por sua vez, é um empréstimo do grego *hebraios*. Na versão bíblica dos LXX e na literatura rabínica, hebreu é usado como título honorífico de preferência para circunstâncias solenes. Df. *Enciclopédia Britânica do Brasil Publicações. São Paulo. p. 6553. In. (BINGEMER, 201, p. 228).*

Citamos aqui quatro diferentes autores que nos elucidam sobre a origem do povo hebreu, bem como origem

etimológica de suas designações. Observa-se que não afirmam taxativamente sobre onde teria ocorrido o surgimento e qual a sua descendência étnica, trabalha-se com hipóteses possíveis para determinar tais fatos.

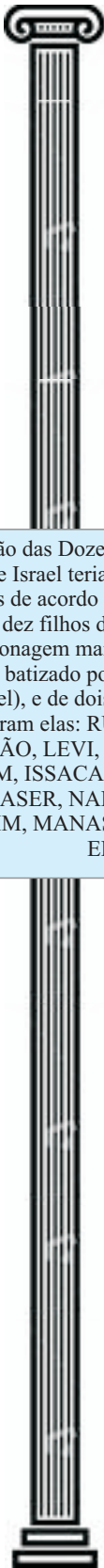
Na sua história política os hebreus conheceram os períodos denominados como: Período dos Patriarcas, dos Juízes e dos Reis.

O período dos Patriarcas tem início com Abraão e se estende até o Êxodo, que foi a fuga do Egito sob o comando de Moisés para a Palestina ou a Terra Prometida.

O período dos Juízes. Esses Juízes eram chefes militares, e sua autoridade tinha uma sustentação religiosa, pois se consideravam enviados de Jeová (Deus). Destacam-se nesse período Josué que conquistou a cidade de Jericó, e na sua sucessão Débora, Gedeão, Sansão e Samuel. Esses Juízes tinham poder temporário e convocavam as tribos quando um perigo comum os ameaçava. Nessa forma de organização política as chamadas “doze tribos” encontravam-se divididas embora mantivessem em comum a religião.

Período dos Reis. Esse período marca o início da unidade política dos israelenses, sob o comando de um soberano e ocorreu por volta do ano 1000 a.C. Seu primeiro rei foi Saul que pertencia à tribo de Benjamim, que representava uma das doze tribos. O surgimento do regime monárquico está ligado a sua preocupação com as lutas com povos vizinhos a exemplo dos filisteus, bem como crises no Egito e Mesopotâmia o que colaborou para o seu fortalecimento. O apogeu desse período foi no reinado de Salomão que desenvolveu uma política comercial e de grandes construções públicas se destacando o famoso Templo de Jerusalém para confirmar a importância do caráter religioso do povo hebreu.

A obra de Salomão confirma a importância da instituição religião, e da herança deixada pelos hebreus



Na formação das Doze Tribos de Israel teriam sido denominadas de acordo com os nomes dos dez filhos de Jacó, (este personagem mais tarde teria sido batizado por Deus como Israel), e de dois filhos de José. Eram elas: RÚBEN, SIMEÃO, LEVI, JUDÁ, ZEBULOM, ISSACAR, DÁ, GADE, ASER, NAFTALI, BENJAMIM, MANASSÉS e EFRAIN



desde a antiguidade, ressalta sua crença religiosa, que como observamos regeu sua civilização e serviu de base para uma futura grande religião que é o “Cristianismo”.

Para Burns a evolução da religião hebraica pode ser identificada com cinco períodos diferentes.

O primeiro pode ser chamado período pré-mosaico, indo desde as mais primitivas origens do povo até aproximadamente 1100 a C. Esse período caracterizou-se, a princípio, pelo animismo, pela adoração de espíritos que residiam em árvores, montanhas, poços e fontes sagradas, ou mesmo em pedras de forma especial. Eram praticadas também, nesse tempo, diversas formas de magia: necromancia, magia imitativa, sacrifícios de bodes expiatórios etc. O animismo gradualmente cedeu lugar aos deuses antropomórficos. Sabe-se que algumas das novas divindades receberam nomes; cada uma delas era designada comumente pelo nome genérico de “el”, isto é, “deus” Eram deuses tutelares de lugares especiais. [...]

O segundo período que se estendeu do século XII ao IX a. C., foi o da “monolatria” nacional. O termo pode ser definido como a adoração exclusiva de um único deus, sem no entanto negar a existência de outros deuses. Devido principalmente à influência de seu chefe Moisés, os hebreus adotaram então, como divindade nacional um deus cujo nome parece ter sido “Jhwh”. Ninguém sabe como se pronunciava essa palavra, mas os especialistas em geral concordam que era proferida como se estivesse escrito *Yahweh*. O significado é outro mistério. [...] Nem nesse tempo, nem em qualquer outro período da história antiga, os hebreus se referiram ao seu deus denominando-o “*Jeová*”. Este último nome foi o resultado de um erro cometido pelos hebraístas cristãos do século XIII.

No tempo de Moisés e por dois ou três séculos depois, Iavé foi uma divindade bastante singular. Era concebido quase

exclusivamente em termos antropomórficos. Possuía um corpo físico para não falar das qualidades emocionais dos homens. Era caprichoso por vezes. E algum tanto irascível, tão capaz de julgamentos maus e raivosos quanto de bons.

O trabalho realmente importante de reforma religiosa foi realizado, no entanto, pelos grandes profetas: Amós, Oséias, Isaías e Miquéias. Suas inovações representam o terceiro período do desenvolvimento da religião hebraica – período da revolução profética, que ocupou os séculos VIII e VII a. C. [...] Três doutrinas básicas formavam a substância desses ensinamentos: 1) monoteísmo (Iavé o senhor do universo, os deuses de outras nações não existem); Iavé é exclusivamente um deus e retidão; Ele não é realmente onipotente, mas Sua força é limitada pela justiça e pela bondade; o mal deste mundo vem dos homens e não de Deus; 3) os fins da religião são principalmente éticos; Iavé não faz nenhuma questão de ritos e sacrifícios, mas sim de que os homens “aspirem à justiça, ajudem os oprimidos, façam justiça aos órfãos e defendam as viúvas”. [...]

Depois dessa época a sua degenerescência foi devida, mais uma vez, aos efeitos corruptores das influências externas. A primeira dessas influências fez-se sentir durante o período do Cativo da Babilônia, de 586 a 539 a. C., que constitui o quarto período na evolução religiosa. Como resultado do contato com os neobabilônicos, os judeus adotaram as idéias de pessimismo, do fatalismo e do caráter transcendental de Deus. Não mais conceberam Iavé como relacionado intimamente com os problemas sociais do seu povo, mas como um ser onipotente e inacessível cujo característico essencial era a santidade. Seus pensamentos não eram pensamentos de homem, nem seus hábitos os dos mortais. O dever principal do homem era submeter-se completamente à sua vontade inescrutável. [...]





O último período significativo da evolução da religião hebraica foi o período após exílio, ou da influência persa. Pode-se dizer que ele se estendeu de 539 a cerca de 300 a. C. [...] No período que se seguiu ao exílio, essas mesmas idéias ganharam uma aceitação mais ampla entre os judeus. Adotaram a crença em Satã como o Grande Inimigo e autor do mal. Desenvolveram uma escatologia, incluindo certas concepções como a da vinda do redentor espiritual, a da ressurreição dos mortos e a do julgamento final. Voltaram sua atenção para a salvação num mundo extraterreno, como sendo mais importante do que o gozo desta vida. Finalmente, adotaram a concepção de uma religião revelada. [...] Com a adoção de crenças como essas, a fé hebraica evoluiu para longe do estrito monoteísmo e da simples religião ética dos tempos dos profetas. (BURNS, 1979, p. 116 a 120).

De acordo com o exposto podemos ter mesmo de forma rápida e resumida, da evolução da religião judaica. Destes princípios, principalmente da sua última fase podemos identificar que foram incorporados pelo cristianismo como veremos em outra abordagem dessa obra.

Dos princípios da religião hebraica adotados pelo cristianismo no seu principal livro a Bíblia, encontra-se o Velho Testamento, que faz parte da Tora judaica.

A escritura sagrada dos judeus é a *Torah nebi'im we ketuvim* (abreviado para *Tanakh*), “a Lei, dos Profetas e os Escritos”, e, como indica este título, é composta por três divisões fundamentais: A Torá propriamente dita ou Pentateuco (cinco livros), os Profetas e os outros textos. A parte mais antiga do Pentateuco data do século X a.C.; as partes mais recentes dos Ketuvim datam apenas do século II a.C.

Constituem o Pentateuco: o Gênese (Bereshit), o Êxodo (Shemot), o Levítico

(Vayikra), os Números (Be-Midbar) e o Deuteronômio (Devarim). A Torá foi constituída a partir de quatro textos de épocas diferentes: J ou Javista, que utiliza o nome JHVH para Deus (século X a.C.); E ou Elohista, que utiliza o nome Elohim (plural) para Deus (século VIII); D, que está na base da redação de uma parte do Deuteronômio (622 a.C.); e P, redigida por um grupo de sacerdotes, que está na base do Levítico e de certas partes de outros textos. A diversidade de fontes também implica a diversidade das concepções de Deus e dos mitos de fundação do cosmo e do homem. Parece evidente que a figura YHVH, Deus do céu, não era de feição a satisfazer as exigências do racionalismo helenístico. Surgem contradições cada vez que se pensa no problema de sua onipotência, de sua onisciência, etc. Estamos porém seguros de sua soberania divina. (ELIADE. COULIANO, 2003, p. 217).

Essa obra, a Tora, abrange amplas abordagens não só religiosas como também do cotidiano dos judeus.

Em termos de conteúdo, a Tora apresenta uma amplitude surpreendente. Ela abrange sentenças judiciais, morais, culturais, religiosas, teológicas e históricas. Aqui não precisamos discutir sobre definições; as possibilidades tanto daquela época quanto de hoje em todo caso estão incluídas. Dificilmente conseguiremos mencionar aspectos, dimensões ou âmbitos da vida daquela época que não estão contemplados na Tora. (GRÜSEMANN, 2001, p.23.).

Nessa rápida abordagem da religião judaica podemos perceber a influência hebraica que foi absorvida pelo cristianismo e que influenciou grande parte da civilização ocidental. Talvez a história da maioria das civilizações ditas ocidentais teria tido uma outra realidade se não tivessem adotado como princípio os ensinamentos





bíblicos, utilizando o Novo e principalmente, o Velho Testamento como fonte de direito e teoria política a exemplo dos Calvinistas.

Dessa forma a influência judaica através dos seus princípios religiosos-éticos impregnou nos dois último milênios as ações e princípios nos diferentes Estados e no cotidiano das suas populações do chamado mundo Ocidental.

Cristianismo

“As fontes de nosso conhecimento sobre os primeiros tempos do Cristianismo são sobretudo os escritos do NT, ou seja, uma série de autotesmunhos das comunidades cristãs da primeira hora. Depois vão se agregando outros escritos, cristãos ou não-cristãos, que não estão no cânon bíblico. Daí se segue que são mais conhecidos os conteúdos de fé e teologias que se formaram nas comunidades a partir da memória de vida e pregação de Jesus [...] E são mais raros os relatos e narrativas históricos independentes da experiência de fé e da visão que ela traz para a leitura e interpretação da mesma história.” (BINGEMER, 2001, p. 118).

“O Cristianismo [...] começou sua carreira como uma doutrina de artesãos e jornaleiros itinerantes. Em todos os períodos de sua poderosa evolução externa e interna foi uma religião especificamente urbana e, acima de tudo, cívica.” (WEBER, 1982, p. 311/312)

“Jesus falou, mas não escreveu nada: não chegou a nós nenhum documento de sua mão. Logo, as fontes documentárias de que dispomos são, todas, indiretas; mas são múltiplas. A mais antiga é a correspondência do apóstolo Paulo, redigida entre 50 e 58. Ela faz menção à morte do Nazareno por crucificação e à fé em sua Ressurreição; por outro lado, o apóstolo conhece uma coletânea de “palavras do Senhor”, que utiliza (às vezes sem citá-las) em sua argumentação.” (CORBIN, 2009, p. 7).

“O Cristianismo é uma religião de historiadores. Outros sistemas religiosos puderam fundar suas crenças e seus ritos em mitologia mais ou menos exterior ao tempo humano. Por livros sagrados, tem os cristãos livros de História, e suas liturgias comemora,, com os episódios da vida terrestre de um Deus, os fatos da Igreja e dos santos. O Cristianismo é, além disso, histórico em outro sentido, quicá mais profundo: situado entre a Queda e o Juízo Final, o destino da Humanidade representa, a seus olhos, uma larga aventura, da qual cada destino, cada “peregrinação” individual, oferece, por sua vez, o reflexo; na duração, e, portanto, na História, eixo central de toda a meditação cristã, se desenrola o grande drama do Pecado e da Redenção.”(GIORDANI, 1976, p. 307/308).

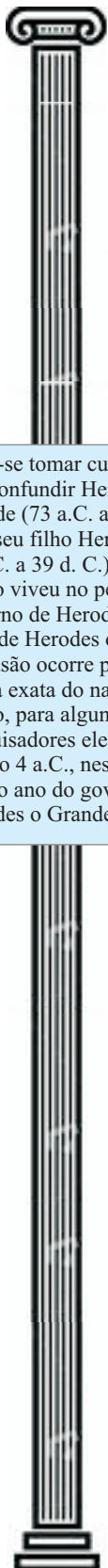
“Conforme geralmente se conhece, a comunidade cristã abarcava, em seus primórdios, quase que exclusivamente elementos proletários e era uma organização proletária. E isto permaneceu ainda durante muito tempo após sua criação.

São Paulo assinala, em sua Primeira Epístola aos Coríntios, que na comunidade não estavam representadas nem a cultura nem a propriedade.”(KAUTSKY, 2010, p. 363).

Na abordagem de quatro diferentes autores, esses nos informam sobre o surgimento do Cristianismo, suas controvérsias e dificuldades de fontes para estudar sua origem e organização inicial. Acrescente-se a isso a questão político-religiosa que envolvia a região tida como ponto de partida para sua origem e expansão através dos séculos posteriores.

Para entendermos melhor esta questão vamos para uma rápida abordagem sobre a realidade da região no I século a. C. A região de origem do cristianismo, a Palestina, foi ocupada e conquistada por vários povos. Egípcios, Assírios, Babilônicos, (período do Cativo Babilônico dos





hebreus já citado), Persas, Macedônios, Gregos e Romanos. Nesse contexto podemos observar que a região sofreu influências culturais de vários povos.

Quando do nascimento de Cristo, o domínio romano já havia se estabelecido na região da Palestina. Dentro de uma prática comum da política conquistadora de Roma, nos territórios submetidos, eram nomeados para cargos diretivos membros da própria comunidade, que ficava submissa a autoridade romana presente, que representava o poder central romano.

Nesse contexto Cristo nasceu no governo do imperador Otávio Augustus, a palestina era governada pelo governador nomeado por Roma, Herodes Antipas. Quando da sua crucificação e morte, o imperador romano era Tibério, o governante romano para a região era Pôncio Pilatos e autoridade hebraica indicada por Roma, Herodes Antipas.

No I século da era cristã, na época em que cristo viveu nessa região, os hebreus na Palestina encontravam-se divididos em diferentes facções políticas. As mais importantes eram.

FARISEUS: Grupo de grande influência desde o século II a. C., observando de forma rígida as leis e as tradições. Os líderes eram chamados de rabinos e se dedicavam ao estudo dos textos sagrados.

SADUCEUS: formavam um grupo importante constituindo a elite sacerdotal. Seguiam somente as pregações da Tora e não acreditavam na vida após a morte.

ESSÊNIOS: eram minoritários, formavam uma espécie de comunidade monástica que vivia isolada longe das cidades com exigências e prática de vida com normas rígidas.

ZELOTES: formavam um grupo com marcada característica militar e se opuseram de forma violenta ao domínio romano organizando revoltas contra os dominadores. Seus membros provinham das camadas mais pobres da população. (Para mais informações indicamos: <http://www.ifcs.ufrj.br/~frazao/palestina.htm>).

Deve-se tomar cuidado para não confundir Herodes o Grande (73 a.C. a 04 a. C.), com seu filho Herodes Antipas (2 a.C. a 39 d. C.). Portanto, Cristo viveu no período de governo de Herodes Antipas, filho de Herodes o Grande. A confusão ocorre por não se ter a data exata do nascimento de Cristo, para alguns pesquisadores ele teria nascido no ano 4 a.C., nesse caso, o último ano do governo de Herodes o Grande.

É nessa realidade que tem início o cristianismo com as atividades de Jesus Cristo e seu grupo de seguidores. Tendo como base essa região – hoje Oriente Médio - dará início a expansão do cristianismo, trabalho este, realizados pelos seus adeptos denominados de Apóstolos, que serão responsáveis pela divulgação dos seus ensinamentos pelas mais diversas regiões, englobando Palestina, Ásia Menor e Europa. Atente-se que a divulgação maior ocorre após a morte de Cristo.

Segundo consta Cristo não deixou nada escrito e seus princípios e idéias foram divulgadas pelos seus seguidores denominados de Apóstolos. Estes apóstolos redigiram textos doutrinários que formaram o chamado Novo Testamento.

Vêm, em seguida, os Evangelhos na seguinte ordem de antiguidade: Marcos foi redigido por volta de 65, com base em tradições que remontam aos anos 40; Mateus e Lucas foram redigidos entre 70 e 80, ampliando Marcos; João data de 90-95. Esses escritos não são crônicas históricas; eles rememoram a vida do Nazareno, mas numa perspectiva de fé que apresenta simultaneamente fatos e sua leitura teológica. Evangelhos mais tardios ausentes do Novo Testamento, ditos apócrifos, às vezes herdaram tradições não retidas pelos quatro precedentes, notadamente o Evangelho de Pedro (120-150), o Proto-Evangelho de Tiago (150-170) e o Evangelho copta de Tomás (c. 150). (CORBIN, 2009, p. 7.).

As informações não-cristãs da época são raras, encontrando-se em Flávio Josefo, um historiador judeu desse período que cita as ações de Jesus e sua morte, abordando a sua figura como homem sábio e de boa conduta arrebanhando vários adeptos.





O grego koiné surgiu como um dialeto comum nos exércitos de Alexandre o Grande. Foi sob a liderança da Macedônia que colonizaram o mundo conhecido, seu dialeto comum recém formado foi falado do Egito até as margens da Índia. Embora os elementos do grego koiné tenham tomado forma durante a Era Clássica posterior, o período pós-clássico do grego da morte de Alexandre o Grande em 323 a.C, quando as culturas oscilaram sob o helenismo, começou a influenciar a língua. A passagem para o próximo período, conhecido como grego medieval, data da fundação de Constantinopla por Constantino I em 330. O período pós-clássico do grego, portanto, refere-se à criação e evolução de todo o grego koiné e toda a era helenística e romana da história até o início da Idade Média.

(<http://pt.wikipedia.org/wiki/koin%C3%A9>)

O trabalho dos Apóstolos na expansão do cristianismo, de fez dentro do mundo romano grandemente influenciado pela cultura grega. Assim, a língua utilizada para a sua pregação foi a *koiné* ou *coine*, dialeto que surgiu quando as conquistas de Alexandre o Grande da Macedônia.

A língua comum (coiné) tornou-se o veículo da pregação da Boa Nova. Por isso, os livros do Novo Testamento foram, com exceção do evangelho de S. Mateus, escritos originariamente em grego. O próprio evangelho de S. Mateus, escrito em aramaico, teve logo uma tradução para o grego. Outro fato digno de nota é que a famosa versão dos Setenta foi utilizada para citações pelos autores do novo Testamento e pelos primeiros cristãos convertidos quer diretamente do paganismo, quer das comunidades judaicas helenizadas que desconheciam o hebraico. Não se encontra entre os apóstolos nem entre os escritores eclesiásticos dos três primeiros séculos a distinção, quanto ao valor da inspiração, entre livros canônicos e deutero-canônicos. Segue-se, pois, como fasto histórico incontestado que o cânon da Bíblia da Igreja Primitiva incluía rigorosamente os livros constantes do cânon da Bíblia católica atual. (GIORDANI, 1976, p. 323/324).

Para Giordani, a romanização desempenhou papel importante na divulgação do cristianismo, facilitado pela unificação política que se estendia por quase toda Europa e o entorno do Mediterrâneo, bom como os territórios da Ásia Menor. Além disso, a organização do território dominado, a grande rede de estradas colaboraram nas andanças e divulgação da nova doutrina. (GIORDANI, 1976, p. 324.).

A presença do cristianismo no Império Romano, tomou corpo nos primeiros séculos. Do seu início de adeptos pobres, começaram a receber a simpatia de pessoas pertencentes as classes mais abastadas, chegando aos seus governantes.



Desses o mais comentado é Constantino que no século IV d. C., que teria legalizado o cristianismo lhe deferindo uma série de atos favoráveis as suas ações, após um governo de perseguições aos cristãos praticado por seu antecessor Diocleciano.

Constantino dá testemunho de uma política de consenso à qual cristãos e pagãos podem aderir, de um fundamento comum unitário: o monoteísmo, um monoteísmo que tolera as diferenças religiosas e rejeita a coerção. [...] O caso é que, bem cedo, ele vai favorecer de forma manifesta a Igreja: doações de dinheiro, de terrenos, de palácios, financiamento de basílicas em Roma e em Jerusalém. Com isso os bispos requerem que ele se envolva em seus assuntos internos e se, num primeiro momento, procura resolver conflitos entre eles de maneira consensual, as resistências encontradas logo o levam a tomar medidas severas contra os dissidentes: donatistas e, mais tarde, arianos. Em compensação, em relação à religião tradicional, conserva uma atitude de tolerância (conquanto um pouco desdenhosa), contentando-se em proibir algumas práticas já recusadas por um paganismo esclarecido (os sacrifícios sangrentos a magia, a adivinhação privada). Se não pôde conter os bispos e suas ásperas desavenças teológicas, soube porém, durante seu reinado, neutralizar um cristianismo militante antipagão. (CORBIN, 2009, p. 50).

Pelo Édito de Milão de 313, Constantino reafirma a autoridade de Deus único, deixando de lado o politeísmo baseado em Júpiter e outros deuses. Seus sucessores, principalmente Constâncio II, Valêncio e Teodósio, continuaram a impor a religião cristã, publicando atos que com o tempo passaram a reprimir aqueles que discordassem da ortodoxia cristã. As normas aprovadas no Concílio de Nicéia de 325, confirmadas pelo Concílio de Constantinopla em 381, restringia a liberdade de expressão e culto que destoassem do preconizado pela Igreja.





Mas é uma série de leis emitidas de 391 a 394 que culmina essa investida, vedando qualquer manifestação do culto pagão: a lei de 24 de fevereiro de 391, proíbe-a para Roma; a de 16 de julho, para o Egito; a de 08 de novembro de 392, para todo o império. Todos os sacrifícios, inclusive os modestos sacrifícios do culto doméstico, são desautorizados, seja em público, seja em particular, seja qual for o nível social, sob pena de multas pesadíssimas e até punições mais graves. Essa lei é que faz do cristianismo a religião do Império, já que a religião tradicional perdeu todo direito legal de se exprimir: com Teodósio (e não com Constantino, como às vezes se diz), o Império Romano tornou-se oficialmente cristão. (CORBIN, 2009, p. 52/53)

Como já observamos, as autoridades cristãs desde seus primórdios divergiram e entraram em conflito com suas interpretações doutrinárias. Assim surgiram as primeiras heresias, como Arianismo de 319, para alguns a primeira heresia do cristianismo, existindo também; Antonomianismo, Audianismo, Donatismo, Ebionismo, Messalianos, etc. Essas divergências referiam-se as interpretações e conceitos sobre a divindade de Cristo, Santíssima Trindade, Espírito Santo dentre outras.

Estas desavenças continuaram com o passar dos séculos originando os cismas que ocorreram dentro do cristianismo. O mais conhecido é Grande Cisma que ocorreu em 1054 com a excomunhão do Patriarca de Constantinopla, dando origem ao que conhecemos hoje como Igreja Ortodoxa. Assim, o cristianismo tem sua primeira grande divisão.

Com o passar dos séculos foram surgindo novas divergências, e a partir do século XV, os chamados reformadores a exemplo de Jhon Huss na Boêmia, Jhon Wyclif na Inglaterra, e no século XVI a grande reforma que foi o trabalho realizado por Martin Lutero com o movimento

conhecido como Reforma Protestante na Alemanha, derivando desta, várias outras denominações. Também no século XVI o rei da Inglaterra Henrique VIII em 1534, numa disputa com o Papa Clemente VII, rompeu com Roma fundando uma igreja nacional, denominada de Igreja Anglicana.

Mesmo após este período das chamadas grandes reformas no Cristianismo continuaram ocorrendo divisões, como podemos nota nos dias atuais com o surgimento de inúmeras Igrejas.

Assim, de forma sucinta, tratamos de um período de dois mil anos, a trajetória do Cristianismo desde seu surgimento até os dias atuais, ressaltando que esse nosso estudo é superficial e dentro do espaço da nossa disciplina.

Islamismo

ERA UMA VEZ UM DEUS. O mesmo Deus de três religiões: O Judaísmo, o Cristianismo e o Islamismo. Ele criou o mundo, as coisas, os animais e o homem. No Alcorão, livro sagrado dos muçulmanos, Deus se refere à criação em muitas passagens. Em algumas é detalhista, em outras é muito sintético. (KAMEL, 2007, p. 25.).

Criamos os céus e a Terra e tudo quanto existe entre eles em seis dias sem fadiga alguma. (ALCORÃO, s.d. Sura 50, 38 p.284.).

Criamos o homem de barro escolhido; Depois, consignamo-lo, gota de esperma, num repositório seguro- Deus sabe o que faz –Depois, transformamos o esperma em coágulo, e o coágulo em óvulo, e o óvulo em osso, e revestimos o osso com carne. E era mais uma criatura. Louvado seja Deus, o melhor dos criadores. (ALCORÃO, s.d. Sura 23, 12-13-14p. 179.).





Adão, Noé, Abraão, Jacó, José, Moisés, Jesus todos eles formaram uma longa cadeia de profetas que, segundo acreditam os muçulmanos, foi encerrada pelo último deles, Maomé, o profeta do Islã. (KAMEL, 2007, p. 63.)

Com estas citações iniciamos a nossa abordagem sobre a última das Revelações que se transformaram numa das maiores religiões mundiais na atualidade, que é a Muçulmana também conhecida por Islamismo. Sua origem está no território da atual Arábia Saudita e foi revelada ao profeta Maomé ou Muhammad, as quais se encontram reunidas no Alcorão, livro sagrado dos Muçulmanos.

“Na raiz dos termos islamismo, islâmico e islã, encontramos o vocábulo árabe *islan* que designa, ao mesmo tempo, resignação, rendição e submissão a algo ou alguém. Em se tratando da religião islâmica, temos então como significado, a total submissão e obediência a Deus”. (BINGEMER, 2001, p. 176).

Necessário se faz que façamos um rápida abordagem sobre a região onde surgiu a religião Muçulmana e seu fundador.

A região da “Arábia antes do islamismo, era território do politeísmo semítico, do judaísmo arabizante e do cristianismo bizantino. As regiões do norte e do leste, atravessadas pelas grandes rotas comerciais, foram profundamente influenciadas pelo helenismo e pelos romanos”. (ELIADE. COULIANO, 2003, p. 191.). Essa região era cortada por rotas comerciais entre o oriente e ocidente. Com um clima quente e seco tem como limites: ao sul o Oceano Índico, a leste o Golfo Pérsico e a oeste o Mar Vermelho, tendo como predominante em seu território os desertos, concentrando sua população em oásis que provocavam constantes conflitos entre as tribos pela sua posse.

A cidade de Meca já aparece como centro comercial importante desde o século V d. C., e sua população em termos religiosos era politeísta, com cada tribo cultuando

um deus próprio, sendo este compostos por figuras masculinas e femininas, bem como cultos ao sol, lua e Vênus. Nessa cidade eram também realizados anualmente, festividades religiosas e nesse período as hostilidades eram deixadas de lado, e realizavam peregrinações a Caaba onde eram cultuados além dos deuses, a pedra negra, um meteorito, tido como que caído do céu na época de Adão.

Como já citamos a cidade de Meca (*Makka*), era ponto de concentração e convergência de caravanas de mercadores, incluindo entre eles, judeus e cristãos adeptos do monoteísmo o qual acabou influenciando parte da população não desaparecendo os cultos tradicionais politeístas e animistas. Por isso alguns autores afirmam que quando Maomé iniciou sua pregação de um Deus único, este princípio já era conhecido por parte da população de Meca.

É nesse contexto que surge Maomé. Maomé (Muhammad), nasceu por volta de 570 na cidade de Meca. Seu pai Abdulah bin Abdu L'Muttalib pertencente à família dos Hashimitas da tribo dos Curaixitas, morreu antes do seu nascimento. De acordo com a tradição da família, depois de uma infância atribulada pela morte de parentes próximos, dedicou-se ao comércio. Aos vinte e cinco anos passou a trabalhar para Khadija mulher viúva e rica comerciante de Meca.

Seu trabalho foi tão bem feito e ele foi tão honesto, que Khadija se apaixonou por ele e propôs casamento. Khadija tinha então quarenta anos, e deu a Maomé seis filhos, dois garotos (mortos na infância) e quatro meninas: Zainab, Ruqayya, Umm Qulsum e Fátima (apenas Fátima e Zainab sobreviveram ao pai). O prestígio de Maomé cresceu muito em Meca, e, por justeza de caráter, passou a ser chamado de “Al Amim”, o “Fiel”, o “Leal”. (KAMEL, 2007, p. 65/66).





Quando atinge a idade de quarenta anos Maomé começou a ficar cada vez mais reflexivo, retirando-se para longos períodos de meditação. Foi num destes retiros que teve a visão do arcanjo Gabriel. Este contato teria lhe perturbado muito, relatando a Khadija o ocorrido, recebeu como resposta da esposa, que deveria ser uma mensagem divina.

Durante certo tempo, Maomé só falou sobre suas revelações e sobre sua missão profética às pessoas de sua intimidade, mas o círculo de fiéis foi ficando cada vez maior e a frequência às reuniões cada vez mais constante. Ao fim de três anos, Maomé começou a pregar publicamente sua mensagem monoteísta, encontrando mais oposição que aprovação, de tal sorte que os membros de seu clã tiveram de dar-lhe proteção.

Nos anos que se seguiram, ele teve inúmeras outras revelações; várias delas iriam constituir a teologia do Corão. Uma das revelações, revogada mais tarde e atribuída a Satã, reservava o papel de intercessoras junto a Alá a três deusas locais muito populares. À medida que Maomé ia ganhando partidários, a oposição à sua mensagem ficava mais intensa. Acusavam-no de mentir, pediam-lhe que fizesse milagres para provar sua qualidade de profeta e sua vida corria perigo. Por isso, procurou novos quartéis para seu movimento, os quais lhe foram fornecidos por clãs de Medina, cidade situada a 400 km ao norte de Meca, que abrigava grande número de judeus. (ELIADE. COULIANO, 2003, p. 192).

Em Medina, (Al-Medinat – cidade do Profeta), antes chamada de Yatrib. Esta fuga para Medina também conhecida como Hégira (emigração, separação), marca o início do calendário muçulmano e teria ocorrido no ano 622. Por volta de 630, Maomé retorna a Meca com poder para governá-la, transformando-a em centro de prece e peregrinação. Tendo esta cidade como base deu início a

conquista de novos territórios, sendo a primeira expedição contra a Síria, mesmo sendo mal sucedida abre a série de ações que no século seguinte (XVIII) estenderá os domínios e a religião muçulmana das proximidades da Índia até o Atlântico, incluindo parte do território europeu, a Península Ibérica.

Maomé morreu em 632 sem deixar um herdeiro masculino, mas deixando uma doutrina religiosa em plena expansão.

A palavra *Qur'an* (Corão), de *qara'a*, “ler, declamar”, é, para os muçulmanos, a palavra de Deus transmitida por Gabriel ao profeta Maomé, último de uma sucessão de profetas bíblicos. Trata-se, se preferirmos, de um novo “Novo Testamento”, que não contradiz mas confirma e supera a Bíblia dos judeus e dos cristãos. Mas o Corão também tem, como Jesus Cristo na interpretação platonizante do Evangelho de João e dos Padres, a função de *logos*, de Verbo eterno do Deus criador. Maomé, porém, não assume essa função: não aceita que ela possa ser revestida por um ser humano, pois, embora eleito e sem faltas, Maomé é inteiramente humano. A maior parte de suas revelações foi redigida por ele e por vários secretários. Depois de sua morte, existia grande número de textos e de testemunhas que lembravam suas palavras. O texto completo do Corão foi constituído sob os primeiros califas e suas variantes foram suprimidas. É composto por 114 capítulos chamados *surahs*, que contém um número variável de versos chamados *ayats*. Os capítulos não estão dispostos em ordem cronológica ou tópica, mas na ordem inversa à sua extensão, de tal forma que a maior parte das primeiras revelações poéticas de Meca encontra-se no fim da coleção, enquanto as *surahs* mais longas estão no começo. Cada *surah* tem um título e todas com exceção de uma, começam com o verbo chamado *Basmallah*: “Em nome de Deus, o clemente, o misericordioso” (*Basmallah al-rahman al rahin*). Várias delas

Consultar o livro DA PENÍNSULA IBÉRICA PARA A ECÚMENA DO MUNDO, onde este assunto foi tratado



estão marcadas com letras simbólicas, que talvez indiquem a coleção à qual pertenceram. O livro é escrito em prosa rimada e contém imagens belas e fortes. (ELIADE. COULIANO, 2003, p. 193/194).

Mesmo com a doutrina tendo um livro guia que inseria os árabes muçulmanos *aos povos do livro*, como judeus e cristãos que possuíam a Tora e os Evangelhos, os islâmicos também tinham um código escrito, o Corão.

Como Maomé não deixou herdeiro masculino a sua sucessão passou a ser disputada por grupos, que acabaram criando divisões dentro do Islã que permaneceram até os dias atuais. Essa disputa vai criar várias facções que perfazem hoje em torno de 272.

Dessa divisão a maior e que aparece nitidamente até os dias atuais é entre *xiitas* e *sunitas*, que se digladiam tendo por base os princípios doutrinários de fé defendidos pelas duas facções, ambas baseadas nos ensinamentos do profeta Maomé.

Quem deveria ser o legítimo sucessor de Maomé? No espaço de 28 anos após a morte do profeta, a divisão entre sunitas e xiitas estava consolidada. E o Islã, irremediavelmente dividido. Conta uma tradição, aceita pelos dois lados, que um dia Maomé teria profetizado: “Vai acontecer ao meu povo o mesmo que aconteceu ao povo de Israel, que foi dividido em 72 seitas. Meu povo será dividido em 73. Cada uma delas irá para o inferno, exceto uma: a religião que é professada por mim e por meus companheiros.”

Segundo os sunitas, o profeta jamais indicou quem seria o seu sucessor, o seu califa; de acordo com os xiitas, Maomé teria deixado claro que seu primo Ali, a quem tinha dado sua filha Fatima como esposa, deveria ser seu sucessor. Tradições aceitas pelos dois lados dão conta de que Maomé, por diversas vezes, demonstrou seu imenso amor e admiração por Ali, a quem considerava um bravo guerreiro, um juiz justo, o mais

caridoso dos homens, o mais generoso, o mais sábio.

“Eu sou a cidade do conhecimento, e Ali é o portão dessa cidade”, disse Maomé certa vez. Para os xiitas, isso era a prova e que o profeta indicara Ali para sucedê-lo (a palavra xiita vem exatamente de *shi'at'Ali*, que quer dizer “os partidários de Ali”); para os sunitas, os ditos do profeta expressavam tão-somente a admiração pelo homem Ali (o nome de sunita vem de suna, “caminho”, significando a tradição, tudo aquilo que o profeta fez e disse; assim, sunitas seriam “o povo do caminho, o povo da tradição”). (KAMEL, 2007, p. 95/96).

Esta disputa para ver quem é que realmente pratica a verdadeira doutrina deixada por Maomé entre os vários grupos islâmicos permanece indefinida até os dias atuais, com disputas inclusive violentas, entre os mesmos.

Outro item que chama a atenção é que o calendário dos muçulmanos é lunar, com trezentos e cinqüenta e quatro dias. O principal evento é o mês do Ramada, onde jejua-se durante o dia, e seu final é marcado com uma grande comemoração. Também o Dhu al-Hijjah é o mês de peregrinação a Meca, onde os peregrinos andam em volta da Caaba e visitam os túmulos dos mártires.

Com essa abordagem encerramos o item que refere-se ao Islamismo, onde procuramos fazer uma abordagem de itens importantes dessa religião, para que vocês possam desenvolver uma melhor visão e conhecimento dessa doutrina religiosa, que hoje inclui cerca de um bilhão e meio de pessoas em diferentes continentes, e que segundo pesquisas, é a religião que mais cresce em número de adeptos hoje em dia.



CAPÍTULO IV

Religião no Brasil

A história política do Brasil encontra-se dividida em três grandes períodos que são: COLÔNIA, IMPÉRIO E REPÚBLICA. Cada um desses períodos tem subdivisões que foram geradas por acontecimentos que se tornaram importantes em determinados momentos.

Em todos estes períodos uma instituição que esteve presente no cotidiano dos governantes e da população brasileira foi e é, a Religião. Portanto, nessa nossa abordagem obedeceremos a cronologia desses períodos.

A presença do catolicismo no território brasileiro se faz presente desde o chamado descobrimento, com a missa rezada por frei Henrique de Coimbra, clérigo franciscano membro da frota de Cabral.

A sua estruturação definitiva e oficial se deu pela bula *Super Specula Militantis Ecclesiae* de 25 de fevereiro de 1551, onde o papa Júlio III criou o bispado de São Salvador da Bahia, deixando o território brasileiro de fazer parte da jurisdição episcopal do Funchal, no arquipélago da Madeira.

O continente americano, especificamente o Brasil, nosso interesse direto de pesquisa, representou para a Igreja católica uma esperança e forma de compensar os problemas enfrentados na Europa com a reforma religiosa protestante.

A presença do catolicismo no Brasil é fruto da política expansionista dos países ibéricos, Portugal e Espanha. Portugal devido a sua organização e centralização do poder a partir do século XII, terá proeminência sobre a Espanha na exploração do continente africano e do Atlântico sul. O vínculo dos países ibéricos com o cristianismo iniciou-se ainda na época do império visigótico, quando o rei Recaredo em 589, pelo Concílio de Toledo, decidiu pela conversão do povo visigodo ao cristianismo romano.

O período colonial que engloba de 1500 a 1822, ressaltando 1815 quando o Brasil foi elevado à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves, fruto das negociações do Congresso de Viena que ocorreu após as Guerras Napoleônicas na Europa. O período imperial de 1822 a 1889, foi marcado pelo 1º Império até de 1822 a 1831. A seguir o período Regencial de 1831 a 1840, onde o Brasil foi governado em dois períodos regenciais, a Regência Trina e a Regência Uma, devido a menoridade de D. Pedro II. De 1840 a 1889, Segundo Reinado também conhecido como Brasil Monárquico. De 1889 até nossos dias período Republicano, dividido em República Velha 1889-1930, Republica Nova 1930-1937, Estado Novo (período ditatorial de Getúlio Vargas) 1937-1945, República Populista de 1945-1964. Em 1964 ocorreu o Golpe de Estado, voltando o Brasil a viver de forma democrática na década de 1980, forma que continua atualmente.



A invasão da Península Ibérica pelos árabes em 711, pôs fim ao reino visigótico, proporcionando-lhes o domínio de grande parte do seu território. A reação das populações cristãs fez-se a partir de 718 na região norte Cantábrica. Esta reação cristã se estendeu por oito séculos, sendo o último reduto muçulmano, o reino de Granada, conquistado pelos reis católicos, Fernando e Isabel em 01 de janeiro de 1492.

Nesta luta dos cristãos contra os muçulmanos conhecida também como – reconquista – foram surgindo, como fruto de divergências entre os próprios peninsulares, os “*REINOS CRISTÃOS*”, entre os quais no século XII, Portugal.

Em 23 de maio de 1179 através da Bula *Manifestis Probatum* o papa Alexandre III, reconheceu o novo reino cristão concedendo a Afonso Henriques (Afonso I de Portugal), o título de *Rex Portucalensis*. Nascia assim, o vínculo do Estado português com a Igreja Católica Romana, onde o clero passou a ter papel fundamental na estruturação do reino. Desde o início os bispos e clérigos fizeram parte da assessoria dos reis, onde ocuparam os cargos de primeiros chanceleres e mentores dos governantes.

Este vínculo – Estado e Igreja – permanecerá pelos séculos seguintes e quando ocorreu a expansão dos portugueses a religião os acompanhou fazendo-se presente na África, Oriente e América.

Enquanto na Europa, perdia o catolicismo vários campos conquistados pelo protestantismo, surgia, para a sua expansão, o Novo Mundo recém-descoberto [...] assinala um período de esperanças no movimento civilizador da Igreja Católica e abre para os destinos do catolicismo, ferido tão profundamente nos seus dogmas, um campo imenso de atividades consoladoras, de conquistas grandiosas e de triunfos imortais. (BARBOSA, 1945, P. 10.).

Assim podemos afirmar que o Brasil de acordo com a tradição religiosa portuguesa nasceu católico.

Para o período colonial, as mesmas preocupações que haviam em Portugal foram transferidas para o novo território, como a vigilância aos cristãos novos (judeus convertidos), e os demais desvios doutrinários. Acrescente-se a isto a visão diabólica desenvolvida pelos homens da igreja em relação aos rituais religiosos dos índios.

Para manter a vigilância sobre a população da colônia Portugal vai usar um instrumento já usado na metrópole que foi a inquisição. O Tribunal do Santo Ofício foi implantado em Portugal através da bula *Cum ad nihil magis*, de 23 de maio de 1536 do papa Paulo III no reinado de D. João III.

No Brasil, Portugal não implantou o Tribunal, aproveitava a estrutura da igreja par uma constante vigilância com a presença em determinadas épocas os visitantes encarregados de conferir os abusos e heresias, enviando para a metrópole os acusados de maior gravidade. “[...] graças a uma bem estruturada rede de informantes e prepostos, o Tribunal da Santa Inquisição de Lisboa vigiou cuidadosamente a Colônia por quase três séculos e enviou para os cárceres secretos da “Casa Negra do Rocio” 1076 colonos luso-brasileiros, 21 dos quais terminaram seus dias na fogueira”. (CALAINHO, 2006, p. 17).

Durante todo o período do Brasil colônia, a igreja Católica manteve o monopólio da religião, atuando com bastante rigor na vigilância da fé. Nesta época identifica-se uma cumplicidade entre Estado e Igreja, ajudando-se mutuamente para manterem sob vigilância a população.

No período do império e após a independência, o vínculo Igreja-Estado permaneceu, com aprovação constitucional, mas o relacionamento com países não católicos, e a necessidade de estes países manterem





representantes - diplomáticos e comerciais - em território brasileiro, obrigou as autoridades governamentais a relaxarem o rigor, permitindo a prática de outros cultos religiosos.

Antes do fim do Império, o catolicismo não era, propriamente posto em causa. Era católico o maçom, católico se considerava o próprio anticlerical. Na realidade, andavam quase todos muito longe do catolicismo, mais ciosos da autoridade do Império do que dos ensinamentos da Igreja, mais convictos da verdade de suas opiniões do que das doutrinas romanas, mesmo em assuntos exclusivamente religiosos. (BARROS, 1982, p. 323.)

Em outro trecho o mesmo autor cita que: “Em resumo, nem os imperadores, nem os homens cultos, nem o clero, nem o povo poder-se-iam definir como católicos, na acepção exata do termo, embora católicos se declarassem todos eles”. (BARROS, 1982, p. 324.).

Como o principal objetivo deste relacionamento era satisfazer as necessidades dos estrangeiros aqui residentes, manteve-se, para os brasileiros natos, a proibição de professarem outra religião, e aqueles que resolvessem abraçar estas novas práticas, tornavam-se inelegíveis para cargos públicos e discriminados pela sociedade em que o comum e correto era ser católico.

Claro que o império não impediria ninguém de pensar o que bem quisesse, mas proibindo a manifestação franca desse pensamento, desde que se não pautasse pela religião limitava irremediavelmente o exercício dos direitos do cidadão. Para colar grau nas faculdades do Estado, para exercer empregos públicos, para desempenhar as funções de deputado e senador, era necessário o juramento católico. (BARROS, 1982, p. 330.).

Também para o Brasil vieram importadas novas correntes de princípios filosóficos, científicos e religiosos como o positivismo, teosofismo, liberalismo, darwinismo, materialismo e o Espiritismo.

Nos períodos colonial e imperial ocorreram dissídios entre a Igreja e o Estado. Estamos nos referindo a participação de clérigos nos movimentos emancipatórios, a exemplo da Inconfidência Mineira do período colonial e posteriormente no imperial, a exemplo de frei Caneca na Confederação do Equador, que acabou fuzilado no governo de D. Pedro I. Acrescenta-se ainda para o Império a Questão Religiosa ocorrida na metade da década de 1870, envolvendo os bispos D. Vital (D. Antonio Gonçalves de Vital), de Olinda, Pernambuco, e D. Macedo da Costa de Belém, Pará. A crise foi gerada entre a igreja e o imperador devido os dois bispos não cumprirem ordem exarada pelo governante. Os bispos acabaram presos e depois soltos e a questão resolvida diplomaticamente. Isso era possível visto que o imperador através do instituto do Padroado, poderia determinar ordens para os clérigos, visto que eram funcionários do Estado. (COSTA, 2001, p. 71/72/73.).

Para o final do século XIX ocorreu a Proclamação da República, implantando em 15 de novembro de 1889, o sistema republicano no Brasil, ocorrendo a separação do Estado e Igreja, transformando Brasil em um estado laico, ou seja, sem religião oficial.

Como a igreja Católica mantinha o monopólio religioso à quase quatro séculos, julgou-se prejudicada com a liberdade religiosa constante na nova Constituição, a de 1891, primeira da República. Sua hierarquia vai reagir, afirmando que o país corria grande risco sem a proteção e orientação oficial da Igreja que protegia a população desde o seu descobrimento.

Os primeiros tempos que se seguiram à proclamação da República e os efeitos do Decreto nº 119-A





de, 17 de janeiro de 1890, emitido pelo Governo Provisório, criou grande polêmica com a hierarquia católica, bem como dos prelados e leigos, gerando opiniões diferentes entre eles.

Também os historiadores analisaram o discurso da hierarquia, no qual a Igreja católica aparecia como grande vítima e a população brasileira afrontada no seu mais puro sentimento: a sua crença religiosa.

Para Euclides Marchi, a questão da Igreja Católica no Brasil republicano prende-se a sua situação de igualdade perante as outras religiões e seitas, que não concordou em perder os privilégios e contribuições que manteve nos quase quatrocentos anos de colônia e império. (MARCHI, 1989, p. 109.)

Sérgio Lobo de Moura e José Maria Gouvêa de Almeida,

“[...] a separação entre Igreja e Estado que parecia uma afronta à maioria católica da população. Ele dava lugar a um estado não-confessional, em que o nome de Deus era riscado dos atos públicos, o catolicismo nivelado às seitas protestantes minoritárias no mesmo regime de liberdade religiosa, os símbolos religiosos afastados de todos os edifícios públicos, o casamento civil instituído, as propriedades de mão morta ameaçadas de expropriação”. (In FAUSTO, 1978, p. 325).

Sobre a igualdade de culto e igualdade de todas as religiões em território brasileiro, observa-se que o discurso católico é o de alertar e reclamar contra tal atitude do governo da República, afirmando que este ato não podia ter sido colocado em prática. Para tanto, alegava que:

Num país católico, não pode ser consagrado o princípio da liberdade religiosa para qualquer manifestação de culto não-católico. Do mesmo modo que há

crimes contra a Pátria, há crimes contra a Religião. Do mesmo modo que não é lícito atacar a nossa única Pátria, não é também lícito atacar a nossa única Religião. Do mesmo modo que a Constituição não pode permitir que um brasileiro ou um estrangeiro venha fazer propaganda para arrancar o patriotismo dos brasileiros, não pode também permitir que se tente roubar aos brasileiros a sua maior riqueza espiritual que é a religião verdadeira. (FERNANDES, 1948, p. 838).

Este sentimento de injustiça com a Igreja católica vai permanecer nas primeiras décadas entre grupos de leigos e clérigos, desfazendo-se pouco a pouco com a reaproximação entre as duas instituições Estado e Igreja, que reiniciaram uma colaboração, a partir da década de 20 do século XX.

A reação da hierarquia católica começa já no primeiro ano do novo regime.

Por meio da Pastoral de 1890, quando os bispos reunidos, além de demonstrar sua indignação, procuram também orientar os clérigos e leigos na forma de melhor conviver com a nova situação que se apresentava.

Alertavam os bispos que, se a nação atravessava uma grande crise em todos os sentidos, restava para ela a sustentação da fé, e a sua salvação. Segundo os bispos

O altar está em pé. E a honra desta nossa nação é tê-lo sempre mantido assim. É de junto desse altar, abraçados com ele, protegendo-o com os nossos peitos contra os ausos temerários de quem quer que o queira profanar ou derruir; é de junto desse altar sobre o qual se encontram e se confundem a prece humilde do homem e a bondade infinita de Deus, e em torno do qual a justiça e a paz se osculam fraternalmente; é de junto desse altar, penhor de união, de benção e de





prosperidade para todos os povos cultos, e pelo qual, assim como pelo lar, combatiam com gentilezas de valor nossos maiores - pro aris et focus, é daqui, do altar sagrado da Religião, que vamos dizer a esta nossa querida nação a verdade que a pode e ha de salvar. (PASTORAL COLLECTIVA DE 1890, p. 4)

Observa-se que o objetivo do discurso é mostrar para a população que a manutenção do ardor religioso católico com seu símbolo maior, o altar, é que a livreria de todos os males. A manutenção da fé e a união em torno dela, apresenta-se como a única alternativa para fugir do mal que a crise estava provocando no país.

Esta Pastoral procura mostrar à população uma justificativa e uma defesa da religião católica, que, ao ser colocada como a “*verdadeira e única*”, não pode ser atingida por acontecimentos provocados pelos homens sejam eles quais forem.

Por esta primeira pastoral, observa-se que a religião católica é colocada como a mais alta instituição do país, o ser católico é sinônimo de patriotismo e brasilidade, de união e preservação da família e dos costumes.

Ao comentar a Carta Pastoral, de 1890, Euclides Marchi afirma que

... a hierarquia lutava pela garantia do seu espaço, o que minimiza qualquer ataque à forma de governo, aceitando a República sem grandes traumas e respeitando o Estado como estava constituído. Porém, opunha-se de forma irredutível, à laicização da sociedade e do Estado. Em diversas passagens da Pastoral, ressalta-se a preocupação com o abandono da fé católica, com a descristianização e com o avanço da imoralidade. Contudo, não se refere, de forma mais direta e explícita, às transformações sociais às relações de

trabalho que marcavam aquele momento da história social. Propõe-se como salvadora dos homens e constrói um “modelo” de sociedade dentro de seus padrões, reforçando sempre a imagem da Igreja como sustentáculo do Estado e do homem. Em função disso, todas as propostas estão voltadas para fazer florescer a religião e salvar a pátria. (MARCHI, 1989, p. 164.).

E renunciando o que poderia acontecer com a população brasileira com a separação, alerta: “Que será de ti, coitado e querido povo do Brasil se além de tudo te roubam também a tua fé, e ficas sem Deus na família, sem Deus na escola, sem Deus no governo e nas repartições públicas, sem Deus nos últimos momentos da vida, e até na morte e na sepultura sem Deus! Será possível!” (PASTORAL COLLECTIVA, de 1890, p. 6).

Alertavam os clérigos católicos para a importância da Igreja na história do Brasil, que nos momentos cruciais,

“[...] sempre encontramos o perfume da religião, as idéias incandescentes do catolicismo, a batina ou o hábito religioso inspirando, alimentando, proclamando os triunfos e as glórias de nossa pátria ... não é preciso ser católico para ajudar a Igreja na sua missão civilizadora. Basta ser brasileiro e patriota... Defender a Igreja Católica é defender o Brasil”. (ROSSI, 1942, p. 627-632.).

Procuram mostrar também a Igreja católica como grande vítima dos tempos modernos, fruto do liberalismo internacional: “Uma negação universal tende a precipitar no abismo da apostasia indivíduos e nações. A Religião Católica maiormente é alvo primário de todos os ataques da impiedade moderna”. (PASTORAL COLLECTIVA de 1890, p. 9.).





E, reforçando a tese de que o fruto deste afastamento do Estado da religião é a desorganização da sociedade, afirmam:

Os conseqüências forçados dessa luta incessante, audaz, infernal, travada em todo o mundo contra a ordem religiosa e social, são os que estamos vendo: esmorecimento da fé, abandono das práticas religiosas, depravação crescente dos costumes, o egoísmo substituindo a caridade, o cálculo a dedicação; perda do espírito de família, insubordinação no lar doméstico, na escola, no exército; desacatos á autoridade, abusos do poder público, falta de respeito geral. (PASTORAL COLLECTIVA de 1890, p. 9.).

Alerta ainda a Pastoral que os problemas mais cruciantes para a sociedade se encontram na cidade e concluem que “A desorganização social produzida pelo ateísmo - que tem hoje foro de cidade [...]” (PASTORAL COLLECTIVA de 1890, p. 10)., visto que as cidades maiores eram centros receptores, divulgadores e irradiadores das novidades vindas principalmente do continente europeu.

Ao expor a posição da hierarquia católica perante o decreto de separação, mostra que a tradição e a autoridade conquistada ao longo dos períodos colonial e imperial não pode ser simplesmente revogado por mera vontade política. Para tanto, afirma que

Não pode, primeiramente, deixar de nos causar magoa, dignos Cooperadores e Filhos diletíssimos, ver essa Igreja que formou em seu seio fecundo a nossa nacionalidade, e a criou a avigorou ao leite forte da sua doutrina; essa Igreja que deu-nos Apóstolos, como os de que mais honraram os séculos cristãos... essa Igreja que ornou as nossas cidades e monumentos religiosos, que levantou por

toda a parte hospitais, recolhimentos, asilos, colégios, escolas literárias, ... ver essa Igreja, dizemos que tem acompanhado toda a evolução da nossa história, que tem tomado parte em todos os nossos grandes acontecimentos nacionais, confundida de repente e posta na mesma linha com algumas seitas heterodoxas, que a aluvião recente da imigração européia tem trazido às nossas plagas (ROSSI, 1942, p. 627-632.).

Em 1900, portanto dez anos após, outra Pastoral cobrava e reclamava a condição de igualdade com as outras religiões. Para o Episcopado

Somos católicos a quase totalidade dos brasileiros; queremos que nossa religião não seja nivelada com os inventos de Lutero e de Calvino, com as torpezas de Mafoma, com os delírios de Augusto Comte. Trabalhem para este desideratum, amados irmãos e filhos; e assim prestaremos á pátria o mais assinalado e relevante serviço, que não pode só, mas tem direito de aspirar e de exigir de seus filhos. (Pastoral Collectiva do Episcopado Brasileiro, 1900, p. 22.)

O decreto da separação foi abordado e debatido não só pela hierarquia como também pelos clérigos e leigos. A própria situação da Igreja no contexto é analisada na dupla visão de perdas e vantagens.

Outro fato que não deve ser desprezado é o posicionamento das diferentes correntes católicas perante a mudança do regime no Brasil no final do século XIX. No geral, observa-se que existiam dois grandes grupos: os que eram terminantemente contra e os que eram a favor da separação, sendo que ainda aparecem algumas outras subdivisões.





Para Oscar F. Lustosa identificam-se dois grupos. Os chamados conservadores arraigados anti-republicanos contra a legitimidade do regime republicano. Questionavam a ideologia do regime, principalmente a que dava liberdade às religiões e a diversos tipos de associações como partidos políticos e a maçonaria. O segundo grupo, composto por republicanos, que acreditavam que a República era a melhor forma para todas as instituições da moderna sociedade onde vislumbravam também a desvinculação da Igreja e do Estado, visto que a Igreja não tinha que mostrar vinculação ou preferência a determinada forma de governo. (LUSTOSA, 1991, p. 23-24.).

Riolando Azzi identifica quatro correntes de pensamento para o início da República, a católica, a positivista, a liberal e a socialista. A primeira com origem nos meados do século XIX, defendida com maior ênfase por Pio IX, na Europa tornou-se autoritária e antiliberal, o ultramontanismo. No Brasil recebeu apoio da própria hierarquia católica e ganhará maior corpo com a República, já que o Estado não mais interferia nas suas ações e nem nas orientações vindas de Roma. As demais correntes envolveram leigos como médicos, engenheiros e operários.

Com relação à mentalidade do episcopado brasileiro frente ao novo regime, Azzi identifica quatro itens:

[...] contra o laicismo da República, os bispos reafirmam a mentalidade clericalista; ao otimismo, próprio do espírito racionalista, contrapõem um sentido pessimista da realidade brasileira; diante da euforia do progresso, a Igreja hierárquica mantém uma postura conservadora. E, finalmente, reafirma o espiritualismo em oposição às tendências materialistas da época. AZZI, 1994, p. 16.).

Um discurso comum que se observa nos primeiros tempos é o da ilegitimidade do regime, que vai amainando conforme a hierarquia católica, nas primeiras décadas da república, vai estruturando suas ações para a aproximação com o Estado.

Para a década de 20 e trinta do século XX o Cardeal D. Sebastião Leme da Silveira Cintra (1882-1942), desenvolveu um grande trabalho, com a atração de intelectuais leigos a exemplo de Alceu Amoroso Lima, (Tristão de Athayde), criando o centro D. Vital que comandou a reação da igreja Católica, criando no seu interior vários grupos que se ocuparam de trabalhadores, universitários, crianças, jovens, contatos políticos, inclusive após a Revolução de 1930 com a ascensão de Getúlio Vargas. Atente-se para o detalhe, que no seu governo foram realizadas grandes solenidades com cunho religioso-político. Em 16 de julho de 1931, o papa Pio XI, declarou nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil. O papa estaria atendendo ao pedido do episcopado brasileiro. Em maio de 1930 a imagem foi levada para a cidade do Rio de Janeiro, sendo recebida por grande número de fiéis e políticos, em outubro do mesmo ano repete-se outra grande solenidade nos mesmos moldes. Em 12 de outubro de 1931, com a presença de bispos de todo o Brasil, do presidente da república, políticos e representantes diplomáticos foi inaugurado a imagem do Cristo Redentor no Rio de Janeiro no morro do Corcovado e novamente promoveu-se uma grande solenidade religiosa-política.

Esses acontecimentos preludiavam a forma de relacionamento da igreja Católica com o novo governo que assumiu em 1930, e que acendeu um grande debate com outras confissões religiosas, as quais eclodiram nos debates na Constituinte que irá promulgar a Constituição de 1934, para os quais não temos espaço e tempo para discutir nesse momento.





Observem que esta exposição da igreja Católica nas primeiras décadas da República brasileira, não é porque a consideramos mais importante que as outras, mas como teve o monopólio religioso em território brasileiro por quase quatro séculos, e os acontecimentos que a envolveram na passagem império para república, cabe um destaque especial, pois ocorreram intensos debates entre políticos e representantes de outras religiões que defendiam o laicismo da República, contra uma possível ingerência da igreja Católica.

Mas no império, como já citamos, por conveniências diplomáticas, outros cultos começaram a ser implantados no Brasil, e se nesse período sofriam certas restrições, na República tornaram-se livres e em condição de igualdade com todos, inclusive, o catolicismo. Com a liberdade religiosa assegurada pela Constituição de 1891, passaram a identificar seus templos pregando e publicando livremente seus princípios doutrinários.

Dentre estas citaremos algumas como: Luteranos 1824; Metodistas 1835; Mórmons (A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias) década de 1840; Espiritismo 1853; Presbiterianos 1862; Adventista 1898. Para o século XX \ Islamismo e Testemunhas de Jeová 1920.

A partir da metade do século XX ocorreu no Brasil uma profusão de igrejas chamadas de Evangélicas e nas últimas décadas desse, os neo-evangélicos, e de acordo com as notícias é o segmento religioso que mais cresce atualmente no Brasil. Para esse século também o crescimento das religiões de origem africana como o candomblé a umbanda. Teremos que aguardar o resultado do censo que está sendo realizado em 2010 para sabermos como está a adesão da população brasileira aos mais diferentes cultos religiosos.

Acrescente-se para as últimas décadas do século XX a presença e crescente interesse pelos cultos orientais a exemplo do Budismo e Confucionismo.

A importância da religião na nossa sociedade pode ser avaliada pela grande polêmica que envolveu a eleição

presidencial de 2010, onde foi explorada exaustivamente esta questão.

Assim podemos concluir que a religião desde o chamado homem pré-histórico até as sociedades atuais continua agindo e influenciando o ser humano.



CONCLUSÃO

O estudo e a pesquisa em História em qualquer área torna-se atrativo e instigante. O estudo sobre religião desperta um motivo especial visto tratar-se de uma abordagem que normalmente está ligado ao emocional e o imaginário das pessoas.

Esse assunto que como abordamos ao longo da nossa exposição que acompanha a humanidade desde os seus primórdios, e que chega até os nossos dias sendo motivo alegado para resgate cultural, união espiritual e cultural pode gerar também conflitos armados com sacrifício de vidas humanas. Isso faz com que desperte grande curiosidade aguçando a procura por seus motivos e o seu histórico.

Este estudo que realizamos com vocês acrescentará seu conhecimento, fornecendo uma visão - mesmo que sucinta – do evoluir do sistema doutrinário religioso ao longo do tempo.

Como resultante dessa abordagem podemos observar que a religião é uma atividade que o homem vem praticando desde tempos imemoriais e que com o passar do tempo não perdeu sua importância, aparecendo nos dias atuais como elemento agregador e desagregador, despertando paixões e ódios, união e desunião em diferentes regiões. A exemplo podemos citar os conflitos do Oriente Médio, que tem como fundamento principal além do político, uma forte conotação religiosa.

No Brasil pudemos observar na campanha eleitoral no ano de 2010, como o fator religioso foi explorado pelos candidatos, visto ainda influenciar em muito a população, estando aí, mais um campo para pesquisa do historiador das religiões.

Assim o estudo das religiões pode em muito colaborar para conheçamos melhor a história de diferentes populações.



BIBLIOGRAFIA

AQUINO, Rubim Santos Leão de. FRANCO, Denize de Azevedo. LOPES, Oscar Guilherme Pahl Campos. **História das Sociedades**. Das sociedades primitivas às sociedades medievais. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.

AZZI, Riolando. **O Estado Leigo e o Projeto Ultramontano**. São Paulo: Paulus, 1994.

BARBOSA, Pe. Manoel. **A Igreja no Brasil**. Notas para sua história. Rio de Janeiro: [s.n.], 1945.

BARROS, Roque Spencer. M. de. Vida Religiosa In. HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Dir.) **História da Civilização Brasileira**. Tomo II. 4^o vol. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 323

BERGER, Peter Ludwig. **O Dossel Sagrado**. Elementos para uma teoria sociológica da religião. Trad. José Carlos Barcellos. São Paulo: Paulinas, 1985.

BERNARDI, Bernardo. **Introdução aos estudos etno-antropológicos**. Trad. A. C. Mota da Silva. Lisboa: Edições 70, 1982.

BINGEMER, Maria Clara Lucchetti. (org.) Edson Damasceno [et al.] **Violência e religião**: Cristianismo, Islamismo, Judaísmo: três religiões em confronto e diálogo. São Paulo: Loyola, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 3^a ed. Trad. Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____. **A economia das trocas lingüísticas**. Trad. Sergio Miceli. São Paulo: EDUSP, 1996.

BURNS, Edward McNall. **História da Civilização Ocidental**. Do homem das Cavernas até a bomba Atômica. O drama da Raça Humana. 23^a. ed. Vol. I. Trad. Lourival Gomes Macahado, Lourdes Santos Machado e Leonel Vallandro. Porto Alegre: Globo, 1979.

CALAINHO, Daniela Buono. **Agentes da fé**. Familiares da Inquisição Portuguesa no Brasil Colonial. Bauru: EDUSC, 2006.

COMTE-SPONVILLE, André. **O espírito do ateísmo**. Introdução a uma espiritualidade sem Deus. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2007.





CORBIN, Alain. (org). **História do Cristianismo**. Para compreender melhor nosso tempo. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

COSTA, Flamarion Laba da. **Demônios e anjos**. (O embate entre espíritas e católicos na República brasileira até a década de 60 do século XX). Curitiba: UFPR, Tese de Doutorado. 2001.

COULANGES, Fustel de. **A cidade Antiga**. Estudo sobre o culto, o direito, e as instituições da Grécia e de Roma. Trad. Jonas Camargo Leite e Eduardo Fonseca. 6ª ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente 1300-1800**. Uma cidade sitiada. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DESAN, Suzanne. Massas, Comunidade e Ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis. In. HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. 1ª ed. Trad. Jefferson Luís Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

DUPRONT, Alphonse. A religião: Antropologia religiosa. In. LE GOFF, Jacques. NORA, Pierre. **História: novas abordagens**. Trad. Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. O sistema totêmico na Austrália. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ELIADE, Mircea. COULIANO, P. Yoan. **Dicionário das Religiões**. Trad. Ivone Castilho Bemedeti. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **História das crenças e das idéias religiosas I**. Da idade da pedra aos mistérios de Elêusis. Trad. Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2010.

_____. **O mito do eterno retorno**. Trad. José Antonio Ceschin. São Paulo: Mercury, 1992.

_____. **O sagrado e o profano**. A essência das religiões. Trad. Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FERNANDES, Pe. Geraldo. A Religião nas Constituições Republicanas do Brasil. **Revista Eclesiástica Brasileira**. Petrópolis: dezembro, 1948.

FILORAMO, Prandi. PRANDI, Carlo. **As ciências das religiões**. Trad. José Maria de Almeida. São Paulo: Paulus, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. 2ª. Ed. Trad. Laura Fraga e Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **Microfísica do poder**. 12ª. Ed. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

GEERTZ, Cliford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GIORDANI, Mário Curtis. **História de Roma**. Petrópolis: Vozes, 1976.

GRÜSEMANN, Frank. **A Torá**. Teologia e história social da lei do Antigo Testamento. Trad. Haroldo Reimer. 2ª ed. Petrópolis, VOZES, 2002.

JULIA, Dominique. A religião: História Religiosa. In. LE GOFF, Jacques. NORA, Pierre. **História: novas abordagens**. Trad. Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

KAMEL, Ali. **Sobre o Islã**. A afinidade entre muçulmanos, judeus e cristãos e as origens do terrorismo. 2ª imp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

KAUTSKY, Karl. **A origem do Cristianismo**. Trad. Luiz Alberto Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MARCHI, Euclides. **A Igreja e a Questão Social**. Tese Doutorado, USP. São Paulo, 1989.

MARTELLI, Stefano. **A religião na sociedade pós-moderna**. Trad. Euclides Martins Balancin. São Paulo: Paulinas, 1995.

MOURA, Sérgio Lobo de. ALMEIDA, José Maria Gouvêa de. In. FAUSTO, Boris. (dir) **História Geral de Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978. v. 9.

MÜLLER, Max. **La ciencia de la religión**. Origen y desarrollo de la religión. Buenos Aires: Editorial Albatros, 1945.





NIETZSCHE, Friedrich. **O Anticristo**. Maldição ao cristianismo. DITIRAMBOS DE DIONÍSIO. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

O ALCORÃO. Trad. Mansour Challita. Rio de Janeiro: Prisma, s.d.

OTTO, Rudolf. **O sagrado**. Trad. João Gama. Lisboa: Edições 70, 2005.

PASTORAL COLLECTIVA de 1890. São Paulo: Typographia a vapor de Jorge Seckler & Comp.

Pastoral Collectiva do Episcopado Brasileiro de 1900. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger. 1900.

ROSSI, Padre Agnelo. **Religião e nacionalidade**. Vozes de Petrópolis. Setembro, 1942.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 10ª ed. Trad. M Irene de Q. F. Szmrecsányi. São Paulo: Pioneira, 1996.

_____. **Economia e sociedade**. 3ª ed. Vol. I. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: UNB, 1994.

_____. **Ensaio de Sociologia**. 5ª ed. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982.